



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM  
**Secretaria Executiva**

**Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM**

Ata da 93ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Norte de Minas do  
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Data: 12 de Março de 2013, às 13h30min.

Local: Auditório da FIEMG - Av. Deputado Esteves Rodrigues, 1489 - Vila Brasília,  
Montes Claros/MG.

1. Aos 12 de Março de 2013, às 13h30min, reuniu-se a URC - Unidade Regional Colegiada do
2. Norte de Minas, Auditório da FIEMG - Av. Deputado Esteves Rodrigues, 1489 - Vila Brasília
3. - Montes Claros/MG.. Participaram os seguintes membros Conselheiros Titulares e Suplentes:
4. como Presidente: Eliana Piedade Alves Machado, Superintendente Regional de Meio
5. Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Jequitinhonha; - Secretaria de Estado da
6. Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA: 1º Suplente: Wagner Brant Monteiro; -
7. Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do
8. Norte de Minas – SEDVAN : Suplente: Daniela Ribeiro; - Secretaria de Estado de
9. Desenvolvimento Regional e Política Urbana – SEDRU:1º Suplente: Elbert Santos; ; -
10. Secretaria de Estado de Transporte e Obra Pública – SETOP: 2º Suplente: Geovanini da Silva
11. Júnior;- Polícia Militar de Minas Gerais: Suplente: Tenente Yaroslav Wladimir Lopes Popoff; -
12. Procuradoria Geral de Justiça – PGJ: Titular: Ana Eloíza Marcondes da Silveira; - Instituto
13. Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais – IBAMA: Titular: Rafael Macedo Chaves;
14. - Prefeituras Municipais situadas na área de abrangência da URC: Suplente: Edvaldo Marques
15. Araújo – Secretário Adjunto Municipal de Meio Ambiente de Montes Claros; - Representantes
16. da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG: Titular: Thiago Rodrigues
17. Cavalcanti; - Representantes da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas
18. Gerais – FAEMG: Titular: José Avelino Neto; - Representantes da Federação das Associações
19. Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais –
20. FEDERAMINAS: 2º Suplente: Edílson Torquato – Associação Comercial de Montes Claros;
21. Representantes da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES -Titular: José
22. Ponciano Neto; - Representantes de Organizações Não-Governamentais legalmente
23. constituídas para a proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, incluídas no Cadastro
24. Estadual de Entidades Ambientais – CEEA: Titular: Sóter Magno do Carmo – OVIVE –
25. Organização Vida Verde; - Representantes de Conselhos Municipais de Meio Ambiente, por
26. sua representação não-governamental: Titular: Vanessa Barbosa Veloso – IGS – Montes
27. Claros; - Representantes da Comunidade Científica: Cientista, Tecnólogo, Pesquisador ou
28. Pessoa de Notório Saber, reconhecidamente dedicada às atividades de preservação do meio
29. ambiente e à melhoria da qualidade de vida: Titular: Anete Marília Pereira – UNIMONTES.
30. Estiveram também presentes o Sr. Gislando Vinícius Rocha de Sousa, Superintendente da
31. SUPRAM NM, Yuri Rafael, Diretor de Controle Processual da SUPRAM NM, além de
32. técnicos dos órgãos envolvidos.
33. **Dra. Eliana Piedade Alves Machado**, Superintendente da SUPRAM Jequitinhonha, pede
34. desculpa pelo atraso justificando que teve que resolver alguns probleminhas. Dá boas vindas
35. aos Conselheiros, observando que hoje se conta com a participação de três novos Conselheiros
36. e que depois se fará a apresentação deles. Dá boas vindas aos empreendedores, à sociedade
37. civil bastante representativa na união de hoje. Convida para se ouvir o Hino Nacional, abrindo
38. assim a 93ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada do Norte de Minas.
39. **1. Execução do Hino Nacional Brasileiro.**
40. **2. Abertura pelo Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento**
41. **Sustentável e Presidente da URC Norte de Minas, Dr. Danilo Vieira Júnior.**
42. A **Presidente** passa ao item da pauta.



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

### 43. 3. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais.

44. A **Presidente** anuncia os novos colegas de Conselho: Sra. Daniela Silva, representante da  
45. SEDVAN>IDENE; Elbert Figueiredo, representante da SEDRU e Anete Marília, representante  
46. de entidades de ensino. Informa que, nesse item da pauta se tem 30 minutos para que os  
47. Conselheiros possam fazer seus comunicados, socializar questões das entidades dos segmentos  
48. que representam e também é aberto para assuntos gerais. Diz que, se os novos Conselheiros  
49. quiserem se apresentar melhor, podem fazê-lo. Anuncia a presença de novo Conselheiro, que,  
50. na próxima reunião, deverá estar participando, o representante da Polícia Militar, Major Paulo  
51. Eliedson Veloso. O **Conselheiro Rafael Chaves**, representante do IBAMA, comunica que, no  
52. dia 14 de fevereiro, houve a primeira reunião do grupo de trabalho instituído para discutir a  
53. situação do licenciamento ambiental da atividade de extração de areia na região da Serra  
54. Velha. Informa que a próxima reunião está marcada para o dia 21 de março, quinta-feira  
55. próxima. Diz que, em relação a isso, gostaria de ter um esclarecimento por parte da Diretoria  
56. Jurídica da SUPRAM no sentido de como andarão os novos empreendimentos daqui para  
57. frente. Observa que um dos objetivos da criação desse grupo de trabalho foi a formulação de  
58. procedimentos de referência para o licenciamento ambiental dessas atividades. Entende que,  
59. com a criação do grupo de trabalho, essas atividades deveriam ser suspensas pela SUPRAM  
60. até a definição desses procedimentos novos de licenciamento. Questiona como pode um  
61. empreendedor formalizar um novo processo sem que haja o estabelecimento desses  
62. procedimentos pelo grupo de trabalho. Diz que faz essa indagação inclusive em nome de  
63. alguns empreendedores que o procuraram para esclarecer esse fato. **Yuri Rafael Trovão**,  
64. Diretor de Controle Processual da SPRAM NM, diz que, conforme seu entendimento, não se  
65. suspendeu nenhuma atividade lá. No momento, há uma areeira passível de AAF. Conforme a  
66. convocação em relação às areeiras, Elas continuariam com as atividades e só seriam  
67. convocadas ao licenciamento no momento da revalidação da licença ou no momento da  
68. solicitação de uma nova AAF, uma vez que a AAF não tem revalidação. Pondera que, como  
69. não existe mais AAF para aquele local, seriam convocadas para o licenciamento Classe 3, com  
70. apresentação do EIA/RIMA. Diz que foi procurado pelo Sr. Adauto Furtado, cuja AAF está  
71. vencendo agora nos próximos dois ou três meses, salvo engano. Ele teria inquirido qual seria o  
72. procedimento. Foi-lhe informado que o procedimento até então ficaria aquele com os termos  
73. de referência do estado e que o grupo estaria trabalhando nisso. Depois de realizado o termo de  
74. referência pelo grupo e validado pelo Conselho ele deveria fazer as adequações necessárias nos  
75. estudos. Diz que crê que não haja tanta alteração assim, mesmo porque não se tem nenhum  
76. dispositivo jurídico que paralise qualquer tipo de trabalho, qualquer instrumento que possa  
77. invalidar ou até mesmo impedir que ele vá até o órgão ambiental e busque seu licenciamento,  
78. com os estudos e os termos que se temem mãos no momento. Diz que a orientação é que ele  
79. continue fazendo os estudos, seguindo os termos de referência existentes e, até que saia o  
80. termo de referência, ele se ajuste naquilo que é necessário. O **Conselheiro Rafael Chaves**  
81. agradece o esclarecimento e frisa que, quando falou em suspensão, referiu-se à renovação e  
82. não a buscar a paralisação dos empreendimentos que estão licenciados atualmente. Diz que seu  
83. entendimento é que, para novos licenciamentos ou renovação, se deveria aguardar a  
84. formulação desses procedimentos por parte do grupo de trabalho, pois é esse seu objetivo.  
85. Entende que a SUPRAM poderia adotar um procedimento de suspender temporariamente a  
86. emissão do FOB até definição por parte do grupo de trabalho. Caso contrário, corre-se o risco  
87. de o empreendedor elaborar o EIA/RIMA fora dos padrões estabelecidos pelo grupo de  
88. trabalho. **Yuri Rafael** diz que, na realidade, como já afirmou, não se tem como impedir que ele  
89. venha ao órgão ambiental e emita o FOB. Esclarece que o FOB fala quais os estudos devem  
90. ser realizados. Como eles são realizados é por meio do termo de referência. Diz que o  
91. empreendedor questionou se poderia continuar suas atividades lá e foi-lhe informado que não,  
92. porque se trata de uma AAF. E, quando a AAF perdeu a validade, apenas uma AAF nova dá  
93. condição para se estar apto a operar. Entrando com licenciamento corretivo, ele teria que parar,



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

94. apresentar os estudos. Somente após a concessão da licença ele poderia retornar às atividades  
95. minerárias. Destaca que a orientação foi nesse sentido. Fica paralisado com as atividades,  
96. porém, como forma de adiantar, pode dar entrada no FCE, vai gerar o FOB, que não aprofunda  
97. como vai ser isso. Não há termo de referência no FOB. O termo de referência é colocado pelo  
98. estado de outra maneira. Nesse termo de referência é que seria adequado o que o grupo de  
99. trabalho está efetuando. O **Conselheiro Rafael Chaves** questiona se a SUPRAM poderia  
100. colocar como sugestão ou orientação no FOB que o empreendedor deveria aguardar a  
101. elaboração do termo de referência para os novos estudos e fazer o EIA/RIMA em cima da nova  
102. orientação. **Yuri Rafael** diz que não vê problemas, pois essa foi sua orientação. Entende que o  
103. termo de referência que vai sair do grupo não vai ser totalmente diferente do que o que já  
104. existe. Entende que haverá algumas adequações, especificações, em relação ao local. Diz que  
105. isso não invalida. Diz que ele tem o termo de referência e pode ir elaborando, pois precisa dele  
106. em relação à fauna, a dois períodos, um seco e um chuvoso. Diz que tudo isso não vai alterar, e  
107. isso demanda tempo. Sugere que siga o termo de referência, participe das reuniões, veja o que  
108. vai sendo solicitado e vá se adequando. Quando chegar o termo de referência, já estará com o  
109. trabalho 50, 70, 80% já adiantado. O **Conselheiro Rafael Chaves** agradece o esclarecimento.  
110. Convoca os interessados, não são só os Conselheiros, que desejarem participar desse grupo  
111. para a reunião no dia 21 de março, na sede do IBAMA, em Montes Claros, às 9h. O  
112. **Conselheiro José Ponciano Neto**, representante da ABES, anuncia encontro da Maçonaria  
113. com o Governador em Montes Claros, no dia 8 de abril, no salão Duca e Nazaré. Informa que  
114. não vai ser aberto ao público. Será aberto somente aos maçons. A finalidade desse encontro é  
115. colocar nas mãos do Governador uma carta com as proposições da maçonaria do Norte de  
116. Minas com relação às demandas da região. Informa que fez parte de um grupo para filtrar essas  
117. demandas. Diz que chegaram mais de mil de todas as lojas do Norte de Minas. Diz que as três  
118. maiores proposições são: a primeira é a duplicação da 251, por se tratar de uma estrada que  
119. está uma verdadeira carnificina no Norte de Minas; outra é o asfalto de Januária para  
120. Montalvânia, que já tem uma parte concluída; outra é com relação à transposição da água do  
121. São Francisco para o Norte de Minas. Informa que essa já está em projeto pela COPASA, que  
122. é uma adutora do município de Manga até Espinosa. Já estão sendo feitos os primeiros  
123. levantamentos. Seria para atender Espinosa, cuja água já acabou. Monte Azul também já não  
124. tem mais. Mato Verde também tem problema. Frisa que a única água que há para o Norte de  
125. Minas é tirando e Serranópolis e da barragem de Salinas. Diz que está falando sobre isso  
126. porque estão aqui o presidente da ACI, Conselheiro Torquato, e outras autoridades que  
127. poderão fomentar essas idéias. Com relação à barragem de Congonhas, diz que o Norte de  
128. Minas está passando por um ciclo hidrológico que está trazendo sérios problemas. Não se está  
129. tendo água, a principal barragem de abastecimento de Montes Claros está com 39% de sua  
130. capacidade de volume útil. Diz que isso não significa, de forma alguma, racionamento. Diz que  
131. uma das barragens que pode incrementar a vazão para Montes Claros e dar uma garantia para  
132. mais 50 anos é a barragem de Congonhas. Diz que o problema de Congonhas não é só  
133. construir a barragem de Congonhas. Como já foi transferida a obra, através do Ministério da  
134. Integração, para o Governo do Estado, a COPASA vai construir essa barragem, mas está  
135. faltando vontade política para começar a obra. Diz que, depois dessa obra, tem-se a  
136. transposição, que vai ser seguida de outra barragem auxiliar com uma pequena central  
137. hidrelétrica, um túnel na Serra do Espinhaço, e jogar na calha do rio Saracura ou Canoas,  
138. dependendo do que se definir. Pede que todos em suas cidades deem apoio e peçam ao  
139. Governo, aos deputados e vereadores para ajudar nessa luta para se construir a barragem de  
140. Congonhas, uma vez que a barragem de Jequitaiá está em andamento. Alerta que existe um  
141. pequeno conflito de água ao redor de Montes Claros, que prefere não dizer agora, mas a  
142. Polícia de Meio Ambiente e Promotoria Pública já estão por dentro. Diz que esteve no lugar  
143. nesse domingo. A situação está quente e as pessoas estão querendo brigar mesmo por causa do  
144. pouco de água que sobra. Diz que está tentando resolver de uma forma que nem a COPASA



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

145. nem a ABES entrem nessa briga, mas que resolva de tal forma que não traga nenhum prejuízo  
146. social e econômico para aquela região. O **Conselheiro José Avelino**, representante da  
147. FAEMG, apresenta o Sr. Juvenal Mendes de Oliveira, que foi nomeado o 1º suplente da  
148. FAEMG. Diz que, a partir de agora ele participará do Conselho. É um produtor rural da região,  
149. do município de Coronel Murta, funcionário aposentado do IEF. Tem um vasto conhecimento  
150. nessa área e, com certeza, poderá contribuir muito para o trabalho deste Conselho.  
151. **Conselheiro Edilson Torquato**, representante da FEDERAMINAS, dá boas-vindas aos novos  
152. Conselheiros e se coloca à disposição no que puder ser útil. Comunica que, no dia 25 próximo  
153. passado, tomou posse como presidente da ACI, em uma nova diretoria revigorada com novas  
154. pessoas. Diz que uma das primeiras ações foi fortalecer a Vice-presidência para Assuntos  
155. Ambientais, através da arquiteta Paula Alcântara. Diz que, de imediato, já se decidiu que  
156. haverá dentro da ACI uma consultoria na área ambiental. Informa que, no momento oportuno,  
157. comunicará quem estará lá para antecipar aos empreendedores, principalmente aos pequenos  
158. que talvez não tenham tanta facilidade para obter as informações que possam trazer  
159. desenvolvimento a seu empreendimento com ajuste dentro das necessidades ambientais que  
160. precisa cumprir. Diz que é uma forma que a ACI tem para contribuir com o meio ambiente e  
161. com a sociedade. Diz que está à disposição de todas as pessoas e entidades que têm interesse  
162. no desenvolvimento da região para que se possa atuar de maneira conjunta. A **Conselheira**  
163. **Vanessa Veloso Barbosa**, representante do Instituto Grande Sertão, aproveitando a presença  
164. do Secretário de Meio Ambiente de Montes Claros, faz observação sobre o processo eletivo do  
165. CODEMA. Diz que foi feita a publicação do edital solicitando que as entidades indicassem os  
166. respectivos representantes para tomar posse no novo CODEMA. Diz que essa é uma situação  
167. ilegal diante da nova lei, mudada desde a gestão anterior, na penúltima gestão. Diz que o  
168. regimento do CODEMA também foi alterado e não é assim que funciona o processo eletivo do  
169. CODEMA. Frisa que é preciso convocar as entidades para se inscreverem e, uma vez eleitas,  
170. elas indicam seus representantes. Diz que não pode ser nominado, por exemplo, Universidade  
171. Estadual de Montes Claros. Ressalta que é o setor educacional. Pedes que se tome atenção para  
172. isso e se modifique, anulando o edital que foi publicado e publicando-se um edital correto para  
173. realizar o processo da maneira correta. O **Conselheiro Edvaldo Marques Araújo**, Secretário  
174. de Meio Ambiente de Montes Claros, diz que não só se publicou o edital como se convocaram  
175. todas as entidades que, de acordo com o estatuto do CODEMA, podem participar do  
176. CODEMA. Diz que isso não é uma escolha. Está no estatuto, que foi seguido. Há entidades  
177. que já indicaram os membros titulares e suplentes. A **Conselheira Vanessa Barbosa** diz que  
178. viu o edital e o que está escrito fala simplesmente buscar as entidades que indiquem seus  
179. representantes, listando as entidades. Observa que as entidades não concorreram a um processo  
180. de eleição. Diz que elas precisam inscrever-se e uma vez eleitas, indicam seus representantes.  
181. O **Conselheiro Edvaldo Marques Araújo** frisa que isso não é escolha da secretaria. Publicou-  
182. se o edital e acordo com o estatuto e convocaram-se as entidades que já participam de acordo  
183. com o edital. O **Conselheiro Sóter Magno Carmo**, representante da OVIVE, informa que saiu  
184. hoje, no Estado de Minas, o SOS Serra do Souza. Esclarece que Serra do Souza é uma região  
185. da região metropolitana, mais precisamente do município de Nova Lima. Diz que é uma região  
186. muito bonita e cobiçada pela especulação imobiliária. Diz que nesse local existe uma pressão  
187. imobiliária muito grande. Diante disso, a população, associação de moradores, ONGs e  
188. movimentos sociais fizeram o SOS Serra do Souza. Informa que saiu, por decisão de um  
189. acordo entre o Ministério Público e Prefeitura de Nova Lima, e que essa região de conflito  
190. seria tombada pelo patrimônio histórico daquela região. Diz que, em Montes Claros, existe  
191. movimento semelhante intitulado SOS Sapucaia, desde 2010, que está chegando a 50.000  
192. assinaturas, contra a subida do perímetro urbano para alto da serra da Sapucaia,  
193. independentemente do empreendimento ou de qual loteamento. A sociedade montes-clarense é  
194. contra a subida do perímetro urbano por causa das questões técnicas que envolvem o caso. Diz  
195. que nem sempre a força do dinheiro fala mais alto em nosso país. Diz que a pressão do poder



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

196. econômico era muito grande para que essa região da Serra do Souza fosse ocupada, e algo  
197. semelhante está acontecendo em Montes Claros. O Ministério Público está atuando, a  
198. sociedade está posicionada, e se pode discutir se o perímetro urbano de Montes Claros deverá  
199. subir para o alto do Sapucaia ou não. Diz que a sociedade sempre está alerta às coisas que a  
200. beneficiam. Isso é uma mostra de como se poderá ter exemplo semelhante em Montes Claros.  
201. A discussão anda a passos mais curtos, mas a sociedade está sempre presente e atenta, porque,  
202. ainda que não tenha entrada em nenhum órgão ou nenhuma instância nenhum licenciamento  
203. para a questão, sabe-se que já existem estudos, que os empreendedores da região estão fazendo  
204. seus estudos, para que, no momento oportuno, possam entrar com seus licenciamentos.  
205. Reafirma que a sociedade montes-clarenses está atenta porque, se algum dia, Montes Claros  
206. perder a região ou parte da região do Sapucaia, problemas sociais e ambientais poderão, em  
207. futuro muito próximo, chegar a nossa sociedade, e não se quer isso. A **Conselheira Anete**  
208. **Marília Pereira**, representante da UNIMONTES, agradece as boas-vindas e diz que é muito  
209. bom retornar. Diz que há dois anos se afastou em razão de cargos assumidos na universidade,  
210. mas tem acompanhado o trabalho do Conselho. Diz que está voltando com toda boa vontade  
211. para contribuir e se coloca à disposição para participar dos grupos de trabalho, interessando-se  
212. pelo da Serra Velha. Diz que já iniciou esse processo a um ou dois anos. Ressalta que há mais  
213. de 20 anos se vem discutindo a questão da água e parece que não se é ouvido. Diz que faz isso  
214. na universidade nos grupos de trabalho de que participa, e não há a consciência do desperdício,  
215. do uso. Diz que se está trabalhando com a idéia do território da água. A água está sendo  
216. territorializada, é o exercício do poder sobre a água, que se sabe ser um bem essencial para a  
217. vida. Se medidas sérias não forem tomadas, se pessoas comprometidas não começarem a atuar,  
218. a situação só tende a piorar. Diz que se criou, em 2008, um Centro de Estudos para  
219. Convivência com o Semiárido. Nesse Centro de Estudos, inicialmente era projeto  
220. governamental, reúnem-se pesquisas e estudos que foram feitos na região. O que se tem  
221. percebido nessas pesquisas, ao longo do tempo, é que não se tem avançado tanto. Fica-se na  
222. teoria, mas a prática é muito pontual, muito localizada. Diz que o Centro está à disposição de  
223. todos. Funciona na Unimontes, tem uma série de parceiros no estado que repassam dados para  
224. alimentar a pesquisa e a ação. O **Conselheiro José Ponciano** diz que há 23 anos se fez uma  
225. parceria com a Unimontes, com a Agência Internacional de Energia Atômica, que está na  
226. Espanha, o CNEM, Centro Nacional de Energia Nuclear, de Brasília, e o Centro de  
227. Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear da UFMG, em Belo Horizonte. Diz que se fez um  
228. trabalho com traçadores, trabalho de taxa de infiltração, potencial do aquífero, há mais de 20  
229. anos, já prevendo novas barragens, novas fontes de produção. Diz que já chegou a pegar nesse  
230. relatório. Deu uma lida bem rápida, mas teve que devolver para a diretoria da COPASA na  
231. época, e não sabe por onde esse estudo anda. Diz que é um estudo muito bem feito e não se foi  
232. ouvido. Parece que esse trabalho se perdeu. Diz que foi bom que a Conselheira lembrasse, para  
233. que as autoridades tomem consciência dessa pesquisa científica. O **Conselheiro Edvaldo**  
234. **Marques** cumprimenta os novos conselheiros desejando-lhes boas-vindas. Cumprimenta  
235. também Juvenal, dizendo que sabe de sua capacidade, de sua experiência e sabe que vai  
236. contribuir muito com o Conselho. Diz que, no contexto da água, na Secretaria, já se tomou a  
237. iniciativa de buscar primeiro a EMATER para trabalhar, - e estende isso para se formar uma  
238. comissão, - para a recuperação de bacias não só de Montes Claros, recuperação de nascentes.  
239. Diz que participou, há algum tempo, como consultor de um projeto de desertificação do Norte  
240. de Minas e detectou um problema sério de que há, no Norte de Minas, grandes áreas em  
241. processo avançado de desertificação. Sugere que se forme uma comissão para, além de  
242. prevenir, tentar recuperar muitas bacias que aí estão. Diz que, às vezes, nem é negligência dos  
243. produtores da comunidade, mas é mesmo falta de conhecimento. Diz que se devem preocupar  
244. e antever as conseqüências do problema da água no Norte de Minas. A **Conselheira Daniela**  
245. **Ribeiro**, representante da SEDVA/IDENE, agradece as boas-vindas e deixa à disposição esse  
246. estudo sobre desertificação que foi feito pela SEDVAN/IDENE junto com as entidades locais.



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

247. Diz que esses estudos estão na biblioteca do IDENE e estão à disposição. O **Conselheiro**
248. **Elbert Santos**, representante da SEDRU, agradece a receptividade e informa que a SEDRU
249. está realizando com a equipe do CEDEPLAR da UFMG o Plano Estratégico de
250. Desenvolvimento Regional em torno de grandes empreendimentos. Diz que gostaria de contar
251. com a colaboração de todos os atores que têm interesse nesse projeto por órgãos
252. governamentais, empreendedores, sociedade civil, para elaboração desse planejamento para
253. que se possam potencializar as oportunidades e minimizar os impactos não só ambientais, mas
254. também econômicos e sociais nessas áreas que vão ser direta ou indiretamente afetadas.
255. O **Conselheiro Edvaldo Marques** informa que, no início do mês de abril, nos dias 2 e 3 de
256. abril, haverá uma reunião com o pessoal da SEDRU para tratar da questão dos resíduos sólidos
257. não só de Montes Claros mas de todo o Norte de Minas. Diz que, a partir de 2014, a questão do
258. resíduo sólido tem que obedecer à lei federal 12.305. A **Presidente** passa ao item 4 da pauta.
259. **4. Exame da Ata da 92ª RO de 05/02/2013.**
260. Coloca em discussão a ata da 92ª reunião ordinária realizada no dia 5 de fevereiro de 2013. A
261. **Conselheira Vanessa Veloso** se abstém por não ter estado presente. A **Presidente** coloca em
262. votação a ata da 92ª reunião ordinária realizada no dia 5 de fevereiro de 2013. É **aprovada**.
263. A **Presidente** informa aos novos Conselheiros a dinâmica do procedimento em relação aos
264. processos. Diz que se passará ao item 5 da pauta, para apresentação pelo IEF do Plano Estadual
265. de Proteção à Biodiversidade.
266. **5. Plano Estadual de Proteção à Biodiversidade. Apresentação: IEF.**
267. O **Sr. Iran**, do IEF de Januária, diz que vai falar sobre o Plano de Proteção à Biodiversidade
268. A **Sra. Margarete Caíres** diz que está na Coordenação de Pesquisa e Proteção à
269. Biodiversidade, lotada no Escritório regional Norte de Montes Claros. Diz que se pretende
270. trazer um mínimo de explanação sobre a importância do Plano Estadual de Proteção à
271. Biodiversidade, que está sendo um dos carros-chefe da diretoria do IEF. Diz que haverá um
272. encontro nos dias 3 e 4 de abril aqui em Montes Claros. Diz que Iran fará apresentação dos
273. *slides*. **Iran** esclarece que o Plano Estadual não é um projeto do IEF. É um subprojeto de um
274. estruturador do estado, projeto da proteção da mata atlântica, cerrado e caatinga. Diz que o
275. Plano está baseado nas metas de Aichi, que, grosso modo, são metas para redução da perda da
276. biodiversidade, baseado em âmbito global. Diz que o objetivo é elaborar um instrumento de
277. gestão pública para a biodiversidade subsidiado pelos princípios da Convenção da Diversidade
278. Biológica, promovendo participação dos diversos setores do estado de Minas Gerais. Diz que
279. Minas Gerais está sendo o primeiro estado a organizar esse plano estratégico de proteção à
280. biodiversidade. Está sendo pioneiro, mas não é o único. Informa que a prefeitura de São Paulo
281. já tem esse plano estruturado. Relata que o Plano está dividido em três etapas. A primeira é o
282. panorama da biodiversidade, que está disponível no *site* do IEF. A segunda etapa trata das
283. questões transversais. Diz que foram enviados a diversas secretarias do estado formulários com
284. proposta e perguntas sobre as questões ambientais, que serão levantadas, tabuladas para serem
285. compiladas com as oficinas. A terceira etapa seriam as oficinas participativas, os workshops.
286. Serão dez workshops. Já aconteceram três em Divinópolis, Diamantina e Sete Lagoas. O
287. próximo acontecerá em Montes Claros nos dias 3 e 4 de abril. Relata como serão realizados
288. esses workshops. Vão ser levantados os problemas, ameaças e dificuldades encontrados por
289. cada região no quesito meio ambiente. Os objetivos das oficinas são identificar, propor as
290. soluções, apresentar como atingir as soluções. No final será originada uma matriz de onde
291. serão tirados as diretrizes e produtos do estado em relação ao meio ambiente. Relata que são
292. cinco grupos de trabalho no workshop. O primeiro é a investigação científica, indução de
293. linhas de pesquisa. O segundo é conservação da biodiversidade. O terceiro GT será a
294. agrobiodiversidade, as questões de agrofloresta, agroecologia. O quarto será a
295. sociobiodiversidade, os conhecimentos tradicionais das comunidades, etnobiologia, e as
296. questões transversais, três temas, ligadas à educação ambiental, a questão jurídica e impactos e
297. mitigação. Diz que são cinco GTs e, em cada GT, 12 pessoas fazem a discussão e elaboram as



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

298. matrizes que vão para a plenária. Explica a metodologia. Reafirma que em 3 e 4 de abril  
299. acontecerá em Montes Claros a quarta etapa do Plano Estadual. Nos dias 24 e 25, ocorrerá em  
300. Ubá; em Uberlândia, em 22 e 23 de maio; em Governador Valadares, em 19 e 20 de junho; em  
301. Teófilo Otoni, em 10 e 11 de julho; em Varginha, em 21 e 22 de agosto. A oficina estadual  
302. para validação de todas as oficinas ocorrerá na região metropolitana de Belo Horizonte nos 24,  
303. 25 e 26 de setembro. Diz que a dinâmica das oficinas prevê uma carga horária de 16 horas.  
304. Pela manhã acontecem as apresentações institucionais, apresentação dos participantes,  
305. apresentação geral do Plano Estadual. Na parte da tarde, os inscritos participam dos trabalhos  
306. nos GTs. É um total de 70 participantes, representantes de ONGs, universidades, sindicatos,  
307. comunidades tradicionais. Três regionais do IEF participarão: Regional Norte, Alto Médio São  
308. Francisco e Noroeste. Estão reservadas entre regionais 50 vagas para que se possam convidar  
309. representatividades regionais que vão trabalhar nesse plano. Vão ser abertas 20 vagas para  
310. inscrição da comunidade. A programação do segundo dia é continuação do preenchimento da  
311. planilha. Na parte da tarde haverá apresentação de cada GT e validação em plenária. Informa  
312. que qualquer contato deve ser feito com a Diretoria de proteção à Biodiversidade. A **Sra.**  
313. **Margarete Caires** registra a importância da participação de toda a sociedade na elaboração  
314. desse plano. Diz que boa parte dos Conselheiros foi convidada. Dos 70 convidados, envolve  
315. segmentos da Região Norte e Noroeste do estado. Diz que se está confirmando através do e-  
316. mail o pessoal que estará participando. Diz que gostaria de contar com a presença dos  
317. Conselheiros para contribuir para a elaboração do Plano. A **Conselheira Ana Eloíza**  
318. **Marcondes Silveira**, representante da Procuradoria Geral de Justiça, diz que vai participar e  
319. questiona por que se reuniram as regiões Norte e Noroeste. Diz que se observa pelo mapa que  
320. a região de Montes Claros é muito maior que as outras. Questiona se isso não vai trazer  
321. prejuízo tanto para o Noroeste quanto para a região de Montes Claros, uma vez que o número  
322. de vagas é limitado. **Iran** diz que isso foi questionado, mas foi utilizada como divisão a  
323. questão das sub-bacias. Entende que realmente ficou desigual. Observa que a regional de  
324. Divinópolis era muito menor e se entendeu que, por ser menor, teria maior representatividade.  
325. Diz que gostaria que se estivessem aqui apenas a regional Norte e Alto Médio São Francisco  
326. que têm maior semelhança tanto de recursos hídricos como de bioma, mas foi uma decisão da  
327. diretoria, que se teve que acatar. A **Presidente** diz que participou da oficina do Jequitinhonha.  
328. Frisa que o trabalho é bastante interessante. A metodologia tem uma inovação que achou  
329. espetacular. Apesar de haver os grupos de trabalho diferenciados por temática, em determinado  
330. momento, cada grupo visita os demais. Nessa visita que o grupo faz, ele tem retorno do que o  
331. grupo conseguiu construir, e a experiência desse grupo visitante agrega informações novas. É  
332. um momento da oficina em que se tem visão geral do que foi discutido e produzido durante o  
333. dia inteiro da oficina. Agradece a Margarete e a Iran pela apresentação e de seja sucesso no  
334. evento, alcançando os objetivos propostos. O **Presidente** diz que se entrará nos processos que  
335. serão apreciados pelo Conselho. Diz que fará a leitura para levantamento dos destaques.  
336. **6. Processo Administrativo para exame de Reconsideração:**  
337. 6.1 Mineração Riacho dos Machados Ltda. - Lavras e extrações a céu aberto com tratamento a  
338. úmido - minerais metálicos exceto minério de ferro - Riacho dos Machados e Porteirinha/MG -  
339. PA/Nº 11961/2009/002/2010 DNPM 831.005/1982 - Reconsideração das condicionantes da  
340. Licença de Instalação - Apresentação: Supram NM. **RETORNO DE VISTAS pelos**  
341. **Conselheiros Guilherme Roedel representante da PGJ, Tiago Rodrigues representante da**  
342. **FIEMG, Ney Magalhães representante do IBAMA e Luiz Antônio de Souza**  
343. **representante do CBH. RETIRADO DE PAUTA em 05/02/2013.**  
344. **7. Processos Administrativos para exame da Licença Prévia concomitante com a Licença**  
345. **de Instalação:** 7.1 Petra Energia S/A - Locação e perfuração de poços exploratórios de gás  
346. natural ou petróleo, inclusive em área cárstica - São Romão/MG - PA/Nº  
347. 000751/2013/001/2013 - Classe 3.  
348. Destaque para a Procuradoria Geral de Justiça



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM  
Secretaria Executiva

349. 7.2 Petra Energia S/A. / Fazenda Santa Cruz - Locação e perfuração de poços exploratórios de  
350. gás natural ou petróleo, inclusive em área cárstica - Juramento/MG - PA/Nº  
351. 16196/2012/001/2012 – Classe 3.  
352. Destaque para a Procuradoria Geral de Justiça  
353. 7.3 Petra Energia S/A. / Fazenda Traíras - Locação e perfuração de poços exploratórios de gás  
354. natural ou petróleo, inclusive em área cárstica - Ubaí/MG - PA/Nº 33648/2012/001/2012 -  
355. Classe 3.  
356. Destaque para a Procuradoria Geral de Justiça  
357. 7.4 Bocaiúva Mecânica Ltda. - Fabricação de máquinas, aparelhos, peças e acessórios sem  
358. tratamento térmico superficial - Bocaiúva/MG - PA/Nº 07524/2005/002/2012 - Classe 3.  
359. Sem destaque.  
360. **8. Processo Administrativo para exame da Licença de Operação - Ampliação:**  
361. 8.1 Trevo Derivados de Petróleo Ltda. - Postos revendedores, postos de abastecimento,  
362. instalações **GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS** Secretaria de Estado de Meio  
363. Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM  
364. **Secretaria Executiva** de sistemas retalhistas e postos flutuante de combustíveis - Montes  
365. Claros/MG - PA/Nº 03652/2001/006/2012 - Classe 3.  
366. Sem destaque  
367. **9. Processo Administrativo para exame da Licença de Operação Corretiva:** 9.1 Posto  
368. Cerradão Ltda. - Postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas  
369. retalhistas e postos flutuante de combustíveis - Montes Claros/MG - PA/Nº  
370. 01656/2001/003/2012 - Classe 5.  
371. Sem destaque  
372. **10. Processo Administrativo para exame de Revalidação da Licença de Operação:** 10.1  
373. Indústria e Comércio de Extração de Areia Khouri Ltda. (Ex - Lafarge Brasil Ltda.) - Lavra a  
374. céu aberto sem tratamento ou com tratamento a seco de minerais não metálicos, exceto em  
375. áreas cársticas ou rochas ornamentais e de revestimento - Montes Claros/MG - PA/Nº  
376. 00169/1995/013/2011 DNPM 832.244/1994 - Classe 3.  
377. Destaque para o IBAMA  
378. **11. Processo Administrativo para exame de Alteração de Condicionante da Licença**  
379. **Prévia:**  
380. 11.1 Viasolo Engenharia Ambiental S.A. - Tratamento e/ou disposição final de resíduos  
381. sólidos urbanos, tratamento e disposição final de resíduos de serviço de saúde (grupo A -  
382. infectantes ou biológicos), exceto incineração, e aterro e/ou área de reciclagem de resíduos  
383. classe A da construção civil, e/ou área de triagem, transbordo e armazenamento transitório de  
384. resíduos da construção civil e volumoso - Montes Claros/MG - PA/Nº 11771/2011/001/2011 -  
385. Classe 5 - Condicionante 16 e 17.  
386. Destaque para a Procuradoria Geral de Justiça.  
387. **12. Processo Administrativo para exame de Alteração de Condicionante da Licença de**  
388. **Operação Corretiva:**  
389. 12.1 Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - CODEVASF -  
390. Projeto Jaíba - Etapa I - Projeto agropecuário irrigado, público ou privado com infra-estrutura  
391. coletiva - Jaíba, Matias Cardoso e Itacarambi/MG - PA/Nº 90016/1988/012/2004 - Classe 5 -  
392. Condicionante 07 e 17.  
393. Destaque para o IBAMA  
394. **13. Processo Administrativo para exame de Prorrogação de Prazo para Atendimento de**  
395. **Condicionante da Licença de Operação Corretiva:**  
396. 13.1 Cemig Distribuição S.A. - Sistema Elétrico de Distribuição de Energia - Malha Norte -  
397. Linhas de transmissão de energia elétrica e subestação de energia elétrica - Malha entre os  
398. municípios: Manga a Curvelo e Salinas a Unaí/MG - PA/Nº 11286/2006/001/2008 - Classe 4 -  
399. Condicionante 08.





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM  
Secretaria Executiva

400. A **Presidente** informa que este processo está sendo retirado de pauta porque a condicionante  
401. está cumprida.
402. A **Presidente** coloca em votação os itens para os quais não houve pedido de destaque: 7.4 –  
403. 8.1 – 9.1. São **aprovados**. Retoma o item 6.1 com a apresentação do retorno de vista  
404. concedido aos Conselheiros.
405. **6.1 Mineração Riacho dos Machados Ltda.** - Lavras e extrações a céu aberto com tratamento  
406. a úmido - minerais metálicos exceto minério de ferro - Riacho dos Machados e Porteirinha/MG  
407. - PA/Nº 11961/2009/002/2010 DNPM 831.005/1982
408. A **Conselheira Ana Eloíza**, em relação ao processo da Mineradora Riacho dos Machados, diz  
409. que se tinha pedido retirada de pauta na última reunião apesar de o parecer de vista já estar  
410. pronto e ter sido disponibilizado. Diz que se começou uma conversa com a empresa para ver se  
411. se conseguia chegar a um consenso sem ter vir ao COPAM e, principalmente, sem ter que  
412. chegar a Belo Horizonte e talvez essas condicionantes serem revistas lá. Relata que, como  
413. antes da reunião passada ainda não se tinha chegado a bom termo, o Ministério Público e o  
414. IBAMA e, salvo engano, a Conselheira Valquíria, apresentaram o parecer de vista e a FIEMG  
415. também apresentou, e se viria para a reunião sustentar esse parecer. Como a discussão com a  
416. empresa continuou, acabou-se chegando a um consenso entre o Ministério Público e a  
417. Mineração hoje pela manhã, já quase às 11 horas, não foi possível passar para os outros  
418. Conselheiros que tinham assinado o parecer de vistas. Pede desculpa ao Conselheiro Rafael e à  
419. Conselheira Valquíria. Diz que resolveu trazer, apesar do parecer de vista - e não vai ler o  
420. constou do parecer de vista – o que o Ministério Público entendeu juntamente com a empresa  
421. que seria o razoável para se conseguir manter a maioria das condicionantes. Diz que tem que  
422. enfatizar essa discussão que foi gerada principalmente em relação àquelas que tinham  
423. conteúdo social. Chama atenção para essa reflexão, embora não seja mais necessário hoje a  
424. sustentação desse parecer, porque ela vai surgir outras vezes. Principalmente no caso de  
425. grandes empreendimentos. Diz que as questões sociais são deixadas de lado. Entende que tanto  
426. têm que ser discutidas pelo COPAM que fazem parte inclusive do EIA/RIMA. Mas tanto o  
427. EIA/RIMA não trata isso a fundo, como sempre se fica por cima nessa discussão e não se trata  
428. como deveria ser tratado. Pede que se reflita nisso para hoje, pois, afinal, o entendimento do  
429. Ministério Público não é o entendimento de todos. Pode ser que os outros Conselheiros que  
430. assinaram o parecer de vista não concordem com a posição que está tomando hoje. Sugere que  
431. isso seja discutido nas outras reuniões, e quem não tomou conhecimento do conteúdo desse  
432. parecer de vista, principalmente dessa justificativa em relação a essas condicionantes sociais,  
433. dê uma lida depois para se poder continuar com a discussão posteriormente. Em relação ao  
434. processo da Mineração Riacho dos Machados, diz que vai direto ao que se acordou com  
435. relação às condicionantes que a Mineração gostaria de modificar. Vai ler uma por uma e  
436. explicar rapidamente o que foi modificado em relação ao que se tinha colocado no parecer de  
437. vista. Quanto à condicionante nº 20, ela diz: “Custear a elaboração ou revisão (se existentes)  
438. dos planos diretores dos Municípios de Riacho dos Machados e Porteirinha, observadas as  
439. diretrizes estabelecidas na Lei Federal 10.257/2001, nas Resoluções 25 e 34 do Conselho das  
440. Cidades e do Termo de Referência da SEDRU. A comprovação do cumprimento da  
441. condicionante se dará mediante apresentação de declaração da SEDRU de que as legislações  
442. foram elaboradas em conformidade com o termo de referência. Prazo: até a formalização da  
443. LO.” Diz que, no parecer de vista, se concordou com a modificação do final da condicionante,  
444. pois parece que estava trazendo dúvida e o empreendedor estava entendendo que a lei que  
445. fosse aprovada tinha que estar em conformidade com o termo de referência da SEDRU. E não  
446. era isso. Era a proposta que ele iria apresentar ao executivo. Se o executivo vai apresentar essa  
447. proposta à câmara ou vai engavetar, para o Conselho não importa. O empreendedor cumpriu  
448. seu papel. Diz que se mudou a redação para atender esse questionamento, ficando o seguinte:  
449. O início é o mesmo. “A comprovação do cumprimento da condicionante se dará mediante  
450. apresentação de declaração da SEDRU de que a proposta final do texto dos planos diretores



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

**Secretaria Executiva**

451. elaborada pelo empreendedor e entregue ao Chefe do Executivo dos municípios foi feita em  
452. conformidade com termo de referência.” Observa que isso já estava no parecer de vista e  
453. continua de acordo com o consenso a que o Ministério e o empreendedor chegaram. Diz que o  
454. prazo estava até a formalização da LO. No parecer constava 12 meses, O empreendedor pediu  
455. aumento do prazo para 18 meses. Não se viu prejuízo nisso, mesmo porque a elaboração desse  
456. plano é complexa. Diz que a condicionante nº 21 falava da implantação do CETAS. Diz que já  
457. se tinha concordado, no parecer de vista, que fosse modificada essa condicionante  
458. acompanhando o parecer da SUPRAM e passasse a ter a seguinte redação: “Implantar CETAS  
459. – Centro de Triagem de Animais Silvestres em sua modalidade mais simples, na área do  
460. empreendimento, mantendo-se a estrutura em funcionamento durante toda a fase de instalação  
461. e operação. O CETAS deverá ser disponibilizado, nos limites de suas possibilidades, ao  
462. atendimento de toda a região da 11ª RISP. Prazo: durante a vigência da licença”. Diz que, de  
463. acordo com empreendedor, ela ficou dessa mesma forma, alterando-se: “mantendo-se a  
464. estrutura em funcionamento durante toda a fase de instalação”. Diz que não seria necessário o  
465. funcionamento durante a operação. “O CETAS deverá ser disponibilizado, nos limites de suas  
466. possibilidades, ao atendimento de toda a região da 11ª RISP. “Prazo: durante a vigência da  
467. licença de instalação”. Esclarece que a alteração substancial foi essa: em vez de instalação e  
468. operação, vai funcionar só durante a instalação. O **Conselheiro Rafael Chaves** observa que  
469. essa estrutura mais simples é de acordo com a Instrução Normativa IBAMA 169/2008. É  
470. CETAS B, com capacidade de manejo de até 800 animais por ano, que é o mais simples.  
471. Entende que é desnecessário colocar no texto da condicionante a legislação, mas faz questão  
472. de frisar que isso deve ser observado pelo empreendedor. A **Conselheira Ana Eloíza** diz que  
473. acha que não há prejuízo. Se quiser colocar a instrução fica mais seguro. Acha que o  
474. empreendedor não vai fazer objeção. Quanto à condicionante nº 33, diz que a SUPRAM já  
475. havia informado que ela tinha perdido objeto. Já se tinha colocado isso no parecer de vista.  
476. Continua da mesma forma. Quanto à condicionante nº 38, diz que se havia concordado com a  
477. alteração proposta pela SUPRAM no parecer. Quanto à condicionante nº 39, que fala dos  
478. estudos relativos ao sistema de saúde no município, o texto original diz: “Após a elaboração do  
479. estudo referente ao serviço de saúde dos municípios afetados pelo empreendimento, promover,  
480. por meio da celebração de convênio com os Municípios de Riacho dos Machados e Porteirinha  
481. a implementação de todas as medidas nele sugeridas. Prazo: até a formalização da licença de  
482. operação.” Diz que concordou com a modificação dessa condicionante. Como o estudo já foi  
483. apresentado, deixaria simplesmente: “Implementar as medidas necessárias à mitigação dos  
484. impactos gerados pelo empreendimento em convênio com o poder público, conforme medidas  
485. previstas no diagnóstico de saúde protocolado na SUPRAM”. Diz que está de acordo com a  
486. modificação da condicionante. No parecer de vista se questionou a modificação de todas as  
487. condicionantes sociais de modo geral, mas não vê prejuízo em modificar essa, porque, afinal,  
488. continua com sua essência. Observa que a condicionante 39 faz referência à condicionante 49  
489. ou 41, que falava da elaboração do estudo, e foi dada como uma condicionante cumprida  
490. porque realmente o empreendedor protocolou o estudo referente à saúde. Diz que, entretanto,  
491. pela leitura do estudo, e gostaria que isso fosse colocado em discussão, ele não atende ao que  
492. foi estabelecido na condicionante. Frisa que a condicionante dizia que o estudo teria que versar  
493. sobre os impactos do empreendimento no sistema de saúde do município. O estudo que foi  
494. feito, por engano mesmo do profissional, trata dos impactos do empreendimento na saúde do  
495. indivíduo. Teria que dizer se há médico suficiente, hospital suficiente, PSF suficiente, para  
496. atender a demanda que vai ser gerada pelo empreendimento. Destaca que o estudo disse que o  
497. “empreendimento vai provocar... talvez provoque... alguns problemas respiratórios... Tem-se  
498. que preparar o município, os profissionais para esse tipo de doença”. Enfim, tratou do impacto  
499. que o empreendimento causaria na saúde dos indivíduos. E não era isso. Era o impacto que o  
500. empreendimento causaria no sistema de saúde do município. Sugere que se leia a  
501. condicionante para ver se o entendimento de todos é o mesmo que o seu. Quanto à



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

502 condicionante nº 40, era exclusão e se concordou. Quanto à 41 e 42, diz que elas falavam do  
503 Conselho Tutelar e da Casa de Conselhos que atenderia todos os demais conselhos do  
504 município. Diz que, embora a condicionante fosse bem específica quanto ao que o  
505 empreendedor deveria fazer, ela não trouxe valores. Entende que isso, às vezes, traz  
506 insegurança para o empreendedor quanto ao que vai despender com isso. Muitas vezes  
507 dependem de financiamento, de investimento e é difícil fazer essa previsão. Diz que a  
508 solicitação do empreendedor é que se colocasse um valor máximo, um teto. Diz que concordou  
509 com isso, embora no parecer de vista tenha colocado para não ser excluída essa condicionante,  
510 e não poderia ser. Diz que no caso da condicionante 41, referente aos Conselhos Tutelares,  
511 sugeriu o valor máximo de R\$75.000,00 dividido entre os dois municípios. Diz que, em  
512 resumo, tanto na 41 como na 42, ficaria para o município de Riacho dos Machados  
513 R\$75.000,00 para estruturação da Casa de Conselhos e do Conselho Tutelar; para o município  
514 de Porteirinha, R\$75.000,00 para estruturação do Conselho Tutelar e da Casa de Conselhos.  
515 Quanto ao prazo, diz que se colocou 90 dias para a formalização desse convênio, pois tudo vai  
516 depender da formalização do convênio com o município. O prazo de vigência do convênio  
517 seria de três anos, com previsão de repasse dos recursos em parcelas anuais equivalentes,  
518 dependendo do convênio que vai ser feito com o município. Quanto à condicionante nº 50B,  
519 referente ao Plano de Educação, cuja exclusão o empreendedor pedia, considera  
520 importantíssima. Diz que o empreendedor concordou em manter. Diz que explicou que essa  
521 condicionante era específica para subsidiar o município com equipe técnica para fazer esse  
522 Plano de Educação. Não era para construir escola. Eles entenderam isso e se acabou mantendo  
523 o texto da condicionante como era. Diz que, em resumo, era isso. Mas volta a enfatizar, e  
524 conversou isso com o empreendedor, que é uma decisão que cabe ao Conselho. Como foi uma  
525 coisa de última hora esse consenso, não pode falar nem pelos demais Conselheiros que  
526 participaram do parecer de vista. Eles vão ter que manifestar suas próprias opiniões nesta  
527 reunião. Destaca que a opinião do Ministério Público é que se feche nessa nova redação das  
528 condicionantes e o empreendedor desista expressamente desse recurso e se resolva isso de uma  
529 vez aqui. O **Conselheiro Rafael Chaves** diz que acata o parecer de vista da Conselheira Ana  
530 Eloíza. **Yuri Rafael** diz que se deveria colocar explícito com relação à condicionante 49 o que  
531 deveria ser entregue de complementação. Até mesmo para a Superintendência verificar o  
532 cumprimento de alguma coisa em relação a alterações dessas condicionantes, fica complexo.  
533 Em relação às condicionantes 41 e 42, questiona qual vai ser a comprovação de cumprimento  
534 para a SUPRAM. Questiona se vai ser a apresentação do convênio no prazo de 90 dias e depois  
535 o empreendedor vai entregar à Superintendência os recibos de repasse. Destaca, para constar  
536 em ata, que a comprovação vai ser por meio dos convênios já celebrados com aprovação e,  
537 posteriormente, como comprovação, o empreendedor vai entregar comprovante de depósito.  
538 Frisa que a Superintendência não vai avaliar convênio. Reafirma que é somente a comprovação  
539 da realização do convênio e sua aprovação e os comprovantes de depósito. Retorna à  
540 condicionante nº21. Diz que, acatando o que disse o Conselheiro Rafael, vai colocar que o  
541 “CETAS deverá, de acordo com Instrução Normativa do IBAMA 169, ser disponibilizado nos  
542 limites de sua responsabilidade.” Em relação à condicionante nº 39, “implementar as medidas  
543 necessárias à mitigação dos impactos gerados pelo empreendimento, em convênio com o poder  
544 público, conforme medidas previstas no diagnóstico de saúde protocolado na SUPRAM”.  
545 Questiona se vai ser apresentado novo diagnóstico. Diz que a condicionante 49 é “aprovada a  
546 alteração da condicionante 11 da LP que passa a vigorar com a seguinte redação: ‘realizar  
547 estudo completo e detalhado a respeito da atual situação do serviço público de saúde dos  
548 municípios de Riacho dos Machados e Porteirinha o qual deverá contemplar medidas  
549 necessárias à mitigação dos impactos diretos e indiretos gerados pelo empreendimento e  
550 constatados por meio de tal estudo. Prazo: 120 dias após referendada a LI’. Propõe que se  
551 complemente a condicionante 49. A **Conselheira Ana Eloíza** questiona se todos entenderam o  
552 que ele entendeu. Diz que a condicionante falava: “apresentar diagnóstico a respeito do sistema



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

553 de saúde do município e apresentar as medidas mitigadoras dos impactos que serão causados”.

554 Questiona em que serão causados impactos. Entende que seja no sistema de saúde do

555 município. Diz que, se todo mundo entendeu dessa forma, sua sugestão é que nem precisaria

556 de modificação da condicionante. Sua sugestão é fosse determinada já pelo COPAM a

557 complementação desse estudo pelo empreendedor. O **Dr. Thiago Pastor**, representante da

558 Mineração Riacho dos Machados, diz que já discutiu esse assunto longamente. Diz que, na

559 verdade o que se está discutindo, que foi solicitado no recurso, que é objeto de análise, é a

560 condicionante nº 39. A condicionante nº 49 nem poderia ser analisada porque nem foi objeto

561 do recurso. Frisa que condicionante nº 49, como foi lida pelo Dr. Yuri e pela Conselheira, faz

562 menção à apresentação desse diagnóstico, e a condicionante nº 39, sobre a implementação das

563 medidas desse diagnóstico. Depois desse acordo que foi feito com a Conselheira representando

564 os demais Conselheiros também, o resultado foi de manter essa redação que foi proposta na

565 condicionante 39. Em relação à condicionante 49, que não é objeto de recurso, permanece

566 como está e a empresa vai entregar a documentação que seja necessária a demonstrar a

567 execução dessa condicionante. Quanto à condicionante nº39, que está sendo discutida e é

568 objeto de recurso, sugere que seja mantida a redação lida Conselheira. **Yuri Rafael** questiona

569 se haverá ou não a alteração que está na condicionante proposta nesse momento “implementar

570 as medidas necessárias à mitigação dos impactos gerados pelo empreendimento, em convênio

571 com o poder público, conforme medidas previstas no diagnóstico de saúde protocolado na

572 SUPRAM”. Diz que todas as condicionantes agora colocadas serão objeto de um relatório de

573 cumprimento de condicionante na licença de operação. Questiona, pensando como SUPRAM,

574 como serão essas comprovações, quem vai comprovar isso. O **Dr. Thiago Pastor** diz que o

575 diagnóstico já foi entregue à SUPRAM, por isso entende que a condicionante 49, o estudo a

576 que faz referência, já foi entregue à SUPRAM com as medidas que devem ser executadas. O

577 cumprimento dessas medidas vai ser realizado e apresentado pelo empreendedor. O prazo que

578 está sendo colocado na condicionante 39 é o prazo de 90 dias para assinatura do convênio, já

579 que depende de convênio com a municipalidade. Fica com o empreendedor a incumbência de

580 atestar junto à SUPRAM o cumprimento dessas medidas. A **Conselheira Ana Eloíza** diz que

581 acredita que o convênio vá ter que trazer os prazos, o que vai ser incumbência de cada um e os

582 prazos em que isso vai acontecer. Diz que a SUPRAM poderia verificar o cumprimento:

583 primeiro pela apresentação do próprio convênio; verificar depois se as medidas que estão

584 previstas no convênio foram cumpridas dentro do prazo, durante a vigência da licença. **Yuri**

585 **Rafael** diz que a dificuldade do órgão ambiental está em que ele talvez não tenha condição de

586 fiscalizar o convênio em si. Diz que o convênio vai ser fácil de ser verificado, pois será

587 apresentado um documento firmado, que será dado como cumprido no prazo de 90 dias. Não

588 se tem como fiscalizar a execução desse convênio. Em relação a uma condicionante que é do

589 empreendedor, estranha passar para um terceiro seu cumprimento, a comprovação de seu

590 cumprimento. Questiona como fica se o município não prestar uma informação num prazo que

591 foi determinado. É uma condicionante cumprida fora do prazo. É uma autuação para o

592 empreendedor. Sugere que conste em ata, porque tudo isso será objeto de um relatório de

593 cumprimento de condicionantes na fase da LO. O empreendedor, nesse caso, deverá apresentar

594 o convênio celebrado com os municípios e também uma avaliação do município, que será

595 encaminhada à Superintendência, como aquele convênio celebrado está sendo cumprido, após

596 o prazo do convênio, como se fosse um cronograma. O **Dr. Thiago Pastor** diz que, dentro

597 relatório de cumprimento de condicionantes, aquelas medidas que foram especificadas no

598 convênio com prazo determinado serão todas elas explicadas como estão sendo cumpridas, de

599 que forma, qual o prazo, para que possa ser elaborado pela SUPRAM. Diz que pode

600 também pedir um documento do poder público como sustentação em relação a isso. **Yuri**

601 **Rafael** diz que talvez até mesmo o Conselho esteja achando que é preciosismo de sua parte,

602 mas o cumprimento de condicionantes é coisa séria que leva a autuação, a embargo. Diz que a

603 população sempre está procurando saber como está o cumprimento das condicionantes. Por



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

604 isso se tem que esclarecer, esmiuçar da forma mais clara possível para prestar conta ao  
605 Conselho. O **Conselheiro José Ponciano Neto** questiona se o empreendedor, durante a  
606 vigência da licença, à medida que vai cumprindo a condicionante, pode ir protocolando no  
607 Conselho de Saúde do município de Porteirinha e de Riacho dos Machados. Esse protocolo  
608 seria a comprovação da condicionante para a SUPRAM. O **Conselheiro Eduardo Marques**  
609 diz que entende a preocupação de Yuri e vai mais além. Diz que, cumprida a condicionante  
610 pelo empreendedor, tem-se que preocupar se, repassado esse recurso, ele está sendo alocado de  
611 forma correta. Diz que é preciso haver a preocupação quanto ao cumprimento perante o  
612 município, se está atingindo o objetivo que o Conselho impôs à empresa. A **Conselheira Ana**  
613 **Eloíza** diz que, uma vez que Dr. Thiago está aí, gostaria que constasse em ata, porque a  
614 redação das condicionantes não vai ser modificada. Diz que gostaria que constasse da ata que o  
615 empreendedor vai fazer essa complementação ao estudo para que ele traga o que foi pedido na  
616 condicionante. O **Dr. Thiago Pastor** informa que o empreendedor vai apresentar a  
617 documentação técnica. Não sabe se será um complemento ou um estudo novo. Diz que vai ter  
618 que avaliar ainda o que vai ser o entendimento inclusive da SUPRAM para atendimento da  
619 condicionante 49. Não tem condição de dizer agora se vai ser complemento ou outro estudo,  
620 mas um esforço vai ser feito pelo empreendedor para demonstrar o cumprimento da  
621 condicionante 49. A **Presidente** diz que, antes de abrir para discussão, ainda há o relatório de  
622 vista da FIEMG. Depois se abre para discussão, ouvindo-se também o empreendedor. Observa  
623 que há várias pessoas de Riacho dos Machados e Porteirinha que fizeram inscrição. Pede que  
624 essas pessoas vão avaliando se há necessidade ou não de se manifestarem com relação ao item  
625 que está em pauta que com relação à alteração dessas condicionantes. O **Conselheiro Thiago**  
626 **Cavalcanti**, representante da FIEMG, diz que seu parecer foi disponibilizado e acredita que  
627 todos tenham lido. Diz que, apesar de seu posicionamento e do posicionamento de sua  
628 instituição continuar o mesmo, de acordo com o recurso apresentado pelo empreendedor, de  
629 acordo com o parecer único da SUPRAM, pela exclusão das condicionantes e alteração de  
630 outras, como houve um acordo entre o Ministério Público e o empreendedor, ele não vai fazer  
631 essa discussão de acordo com seu parecer. Diz que deixará a aprovação como foi acordado  
632 entre o Ministério Público e o empreendedor. A **Presidente** diz que o que se tem para discutir  
633 é o relatório de vista, a proposição de alteração de condicionante de que a Conselheira acabou  
634 de fazer leitura. Diz que essas condicionantes já foram exaustivamente discutidas neste  
635 Conselho. Pede objetividade aos Conselheiros. Frisa que o relatório apresentado é fruto de um  
636 acordo entre o Ministério Público e o empreendedor. Pede que sejam bastante objetivos e  
637 discutam fatos novos. Se a informação ou discussão não for agregar, pede que sejam bem  
638 objetivos. Coloca em discussão. O **Conselheiro Edilson Torquato** cumprimenta as partes  
639 envolvidas para chegar a esse consenso. Diz que houve boa vontade de todas as partes. Diz  
640 que, apesar de não ter feito parte desse grupo de trabalho, acompanhou e viu que houve muita  
641 disposição de ambas as partes para que as coisas acontecessem. Alerta, como representante da  
642 FEDERAMINAS, que se tenha muito cuidado para que isso não seja uma rotina. Nem sempre  
643 a boa vontade ou a disponibilidade até financeira do empreendedor ou a disposição das partes  
644 envolvidas pode chegar a um consenso como se chegou aqui. Vai haver situações em que se  
645 vai ter que sair para o voto, mesmo porque sua preocupação como representante das entidades  
646 empreendedoras é que isso não se torne uma normatização. Vai haver momento em que se vai  
647 ter que discutir as idéias, vai-se ver o que é obrigação do estado, o que é obrigação do  
648 empreendedor para que as decisões sejam tomadas em cima da conscientização de cada um na  
469 hora de formular seu voto. O **Conselheiro Rafael Chaves** coloca o IBAMA à disposição da  
650 SUPRAM para análise de cumprimento da condicionante 21, considerando que a gestão da  
651 fauna no estado de Minas Gerais está em fase de transição entre o estado e o IBAMA ainda,  
652 em atendimento ao dispositivo da Lei Complementar 140 que regulamentou o art. 23 da  
653 Constituição, que dá atribuições ao estado para essa finalidade de gestão da fauna. Entende  
654 que, até que isso seja implementado, o estado pode precisar desse tipo de apoio. Coloca de



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

655 público essa disponibilidade do IBAMA, da mesma forma como analisa estudos já  
656 apresentados para o mesmo empreendimento com relação a espécies ameaçadas de extinção.  
657 A Conselheira Ana Eloíza, com relação ao que o Conselheiro Edilson falou, diz que quer  
658 esclarecer mais uma vez que isso é um consenso a que o Ministério Público e o empreendedor  
659 chegaram. Diz que essas questões que o Conselheiro colocou têm que ser discutidas não nas  
660 próximas reuniões. Têm que ser discutidas inclusive hoje. Diz que é uma Conselheira. Não é  
661 nem melhor nem maior que ninguém. Quem quiser acompanhe, quem não quiser não  
662 acompanhe. Tem-se que colocar tudo para discussão e votação. Se algum Conselheiro estiver  
662 em dúvida, não estiver seguro, tem que se manifestar. Não quer dizer que o que um  
663 Conselheiro fala é lei e os outros têm que acatar. Diz que cometeu um lapso na leitura das  
664 condicionantes e pulou a condicionante 31, que falava da complementação do PTRF. Lê o  
665 texto do consenso: “Complementarmente às ações previstas no PTRF, empreendedor  
666 disponibilizará à EMATER, mediante convênio, 500 horas/máquina, no período de dois anos,  
667 destinadas à construção de bacias de contenção de águas pluviais – barraginhas – nos locais  
668 apontados pela EMATER. O convênio também deverá contemplar o fornecimento de mudas e  
669 essências nativas para distribuição aos proprietários e posseiros. Deverá ser encaminhado à  
670 SUPRAM relatório anual sobre o andamento dessas ações.” Diz que o último esclarecimento  
671 que queria fazer, inclusive para o pessoal que fez a inscrição para se manifestar, é que vê que  
672 muitas entidades têm preocupação com os impactos que vão ser gerados pelo empreendimento,  
673 inclusive em outros municípios como Janaúba, por causa da barragem de rejeito, da  
674 impermeabilização que foi determinada pelo COPAM. Diz que a conversa que se tem mantido  
675 com o empreendedor até então não é somente a respeito do processo de licenciamento que é  
676 discutido aqui no COPAM. Diz que se tem uma conversa paralela com o empreendedor  
677 também preocupado com as questões inclusive do processo de licenciamento em si para que  
678 ele seja acompanhado pelo Ministério Público do pé em que se está até o final principalmente  
679 essa questão da barragem de rejeitos. Diz que tem evoluído, e, possivelmente, vai-se conseguir  
680 firmar um termo de compromisso com o empreendedor para tratar dessas questões todas. Diz  
681 que só quer tranquilizar a população que o Ministério Público vem acompanhando isso e, se  
682 possível, vai-se chegar a um entendimento para que o processo possa ser acompanhado mais  
683 de perto, tanto o processo de licenciamento quanto a própria execução de operação do  
684 empreendimento. **O Conselheiro Edilson Torquato** diz que sua fala foi para parabenizar a  
685 boa vontade de todos e também para que não haja discussão aqui, porque já foi tão discutido,  
686 inclusive já se chegou a um consenso. Deixa claro que o que se vai votar aqui é consenso de  
687 todas as partes envolvidas. **A Conselheira Anete Marília Pereira** diz que respeita o fato de  
688 que o assunto já foi exaustivamente discutido pelo Conselho e, sendo esta sua primeira  
689 reunião, ela teria que votar. Diz que não gosta de se posicionar acerca daquilo de que não está  
690 segura. Diz que entendeu as condicionantes 40 e 42, mas tem uma preocupação acerca de  
691 repassar recurso do privado para o público sem que se tenha uma forma de acompanhar ou  
692 monitorar a aplicação desse recurso naquilo que de fato é objetivado na condicionante.  
693 Considera isso preocupante. Questiona como, tendo o empreendedor trazido à SUPRAM um  
694 comprovante de que passou \$75.000,00 para a prefeitura de Riacho dos Machados, vai-se saber  
695 como isso foi gasto pela prefeitura. Diz que não se pode cobrar da prefeitura isso, pois não se  
696 tem competência legal para isso. Entende que há um vácuo legal nesse ponto. Gostaria de ser  
697 esclarecida. **A Conselheira Ana Eloíza** diz que é justa a preocupação da Conselheira e do  
698 Conselheiro Edvaldo Marques, mas não acha que tenha como a SUPRAM fazer essa avaliação.  
699 Diz que se está falando em repasse de recurso, mas, na verdade, a condicionante nem fala  
700 nisso. Fala-se em limite máximo de gasto do empreendedor. Pode ser que o empreendedor  
701 diretamente faça a construção. Tudo vai depender do convênio que vai ser firmado com o  
702 município. Pode ser que nem chegue a isso. Se o convênio fizer previsão de repasse de algum  
703 recurso, não vai ser a SUPRAM que vai ter que verificara aplicação. Vão ser os órgãos de  
704 fiscalização, o Ministério Público, o Tribunal de Contas ou o que for. **O Conselheiro Tte.**



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

705 **Yaroslav Popoff**, representante da Polícia Militar, diz que a empresa tem um convênio, que é  
706 uma condicionante, com a Polícia Militar, que tem fiscalização sobre esse dinheiro. Diz que o  
707 convênio vem tratando o que pode e o que não pode ser gasto. Tudo é tratado no contrato de  
708 convênio. Diz que há convênio com a prefeitura também da mesma forma. Diz que se vê que a  
709 empresa é séria, aceitou as condicionantes, não excluindo nenhuma, pelo que entendeu. Diz  
710 que é uma preocupação válida, mas tem como ser fiscalizado, e a empresa, com certeza, vai  
711 elaborar um contrato de forma eficiente. O **Conselheiro Edvaldo Marques**, complementando  
712 a preocupação da Conselheira Ana Eloíza e a colocação do Conselheiro Torquato, diz que se  
713 deve discutir a questão social, mas não se deve perder o foco do desenvolvimento sustentável.  
714 Diz que se está inserido numa região castigada peça seca, por intermitência de chuva, uma  
715 região pobre. Não se podem afugentar os empreendedores, não só os de grande porte, mas  
716 também os de pequeno porte que vêm proporcionar o incremento da renda e de emprego na  
717 região. Questiona se, às vezes, determinada condicionante é pertinente ao processo que está  
718 sendo levantado. Se, com isso, não se poderia estar afugentando empresas que trariam emprego  
719 e renda para a região. Diz que não está, com isso, querendo dizer que se deve abrir mão da  
720 questão ambiental. A **Conselheira Anete Marília** diz que, ao ler a documentação, quer  
721 parabenizar quem elaborou o parecer de vista por insistir tanto que o meio ambiente tem que  
722 ter uma visão sistêmica. A questão de se ver tudo nas gavetinhas já caiu de moda há muito  
723 tempo. Meio ambiente não é só a parte física. Entende que se precisa avançar nesse discurso  
724 porque já ouviu pessoas dizerem que a pior praga do Brasil se chama legislação ambiental. Se  
725 se tem problemas gravíssimos hoje na região, talvez se deva ao reflorestamento, aos  
726 empreendimentos que foram implantados na região sem estudo adequado, sem uma  
727 preocupação ambiental. Diz que se está colhendo fruto que se plantou em nome de um  
728 desenvolvimento que nunca atingiu a todos. Diz que se tem que estar com o pé bem no chão  
729 nessas decisões. Quer-se que a região saia dessa situação em que se encontra, que se reduza a  
730 desigualdade social, mas não se pode comprometer a base de sustentação. Isso é o mais  
731 importante. O **Conselheiro Edvaldo Marques** diz que infelizmente vai questionar o  
732 posicionamento da Conselheira Anete, quando ela fala que o reflorestamento é o culpado por  
733 essa situação. Não concorda com isso. Diz que se pode medir o que houve de benefício e o que  
734 houve de consequência. Questiona se seria melhor não se ter reflorestamento na região e viver-  
735 se na pobreza, se é melhor as pessoas passarem fome. A **Conselheira Anete Marília** diz que o  
736 assunto seria longo. Não está em pauta e em outra oportunidade se falará. Diz que usou um  
737 exemplo, Se precisasse, teria uma quantidade muito grande. Não é o reflorestamento em si. É a  
738 forma de se implantarem projetos na década de 60 e 70 no Brasil. A **Presidente** pede para se  
739 focar no que está em pauta. Questiona se algum Conselheiro tem mais considerações a fazer.  
740 Questiona se empreendedor gostaria de falar. O **Conselheiro Rafael Chaves**, complementando  
741 a fala da Conselheira Ana Eloíza, diz que existem diversas instâncias de fiscalização:  
742 Ministério Público Estadual, Federal, Tribunal de contas. Mas o maior fiscal é o povo. Apela  
743 para a responsabilidade das pessoas que moram em Riacho dos Machados e Porteirinha para  
744 fiscalizar esse empreendimento. Relata que, na semana passada esteve fazendo vistoria de  
745 fiscalização pelo IBAMA em dois grande empreendimentos de Minas Gerais, o mineroduto da  
746 Samarco e o mineroduto da Anglo American, provocada por denúncias das populações  
747 atingidas pelos empreendimentos. Diz que uma instituição federal que tem sede em Brasília e  
748 algumas unidades espalhadas pelo Brasil não tem como fiscalizar e acompanhar o  
749 cumprimento de condicionantes todo o tempo. Diz que seus olhos, seus ouvidos é o povo. As  
750 pessoas que estão diretamente envolvidas é que deveriam trazer as informações, as denúncias,  
751 informar os problemas que estão acontecendo, para que se possam tomar providências. Lembra  
752 que é preciso colocar as pessoas em primeiro plano, principalmente na fiscalização. A  
753 **Presidente** pede licença para se retirar rapidamente porque está com um probleminha na  
754 SUPRAM. Diz que passar para o Yuri. O empreendedor vai se manifestar, e depois se tem uma  
755 relação de inscritos. Diz que a relação está um pouco confusa, pois ao se referirem ao assunto



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

756 de pauta, algumas pessoas colocaram cargo. Não se sabe sobre qual empreendimento querem  
757 manifestar-se. Pede que Yuri, após a manifestação do empreendedor, leia nome por nome para  
758 verificar quem quer manifestar-se, tendo cada um cinco minutos. **Dr. Thiago Pastor** diz que o  
759 tempo é diminuto e não pode trazer todos os esclarecimentos que gostaria. Diz que é  
760 importante ressaltar a responsabilidade com esse empreendimento que vem sendo executado  
761 na região de Riacho dos Machados e Porteirinha. Diz que a empresa está disponível para fazer  
762 apresentação e demonstrar que esse é o projeto calcado nos princípios mais corretos de  
763 responsabilidade socioambiental e de apoio às comunidades dentro do possível. Diz que a  
764 preocupação que a Conselheira expôs dos convênios e as dificuldades de repasse também são  
765 uma preocupação da empresa, que desenvolve isso com muita seriedade e obviamente não tem  
766 disponibilidade para queimar recursos. Diz que a empresa tem todo interesse em zelar para que  
767 esses recursos empregados o sejam da melhor maneira possível e trazendo benefício para a  
768 população, como inclusive tem sido. Tem-se já comprovado vários índices de melhoria  
769 socioambiental na região do empreendimento. Entrando no item específico do recurso, relata  
770 que o recurso foi apresentado à época da concessão da LI, já há algum tempo. Foi feito um  
771 profundo debate pelos Conselheiros. A empresa não concordava com várias dessas posições  
772 externadas e continuou com a segurança de que vários aspectos técnicos e jurídicos que foram  
773 colocados no recurso têm seus méritos e poderiam ser apreciados por este Conselho, como já  
775 se discutiu com alguns Conselheiros. Diz que ocorre que, como foi ponderado pela  
776 Conselheira e pelos Conselheiros, a empresa se dispôs a fazer um amplo e profundo debate  
777 dessas condicionantes e mesmo do projeto e, após um esforço de grande sobrecarga de  
778 trabalho sobre a empresa, que tem capital estrangeiro e não se limita ao espaço brasileiro, se  
779 conseguiu traduzir todo esse esforço, assumir todos esses ônus, mesmo sabendo que a empresa  
780 entenda que essas condicionantes não teriam a melhor redação, mas têm a melhor redação  
781 possível para que se chegue a um acordo, que é o que é interesse de todas as partes. Diz que,  
782 de forma breve, pode manifestar que a empresa está de acordo com a proposta que foi  
783 apresentada pela Conselheira representante do Ministério Público, que foi uma construção  
784 conjunta da redação das condicionantes e dos prazos que foram especificados. Diz que há  
785 apenas um único ponto que foi introduzido agora na discussão em relação à condicionante nº  
786 21, referente à implantação do Centro de Triagem de Animais Silvestres. Diz que a redação já  
787 havia sido definida, e o Conselheiro representante do IBAMA pediu que fosse especificado o  
788 cumprimento da Instrução Normativa 169. Diz que é óbvio que a empresa vai cumprir com  
789 todas as instruções normativas aplicáveis. Alega que a empresa tem uma dificuldade na  
790 implantação integral da Instrução Normativa 169 porque ela não se aplica única e  
791 exclusivamente ao projeto simplificado. Aplica-se inclusive aos projetos integrados de  
792 CETAS/CRAS. Diz que sua sugestão é que não fosse inserida textualmente a Instrução  
793 Normativa 169, porque não é integralmente aplicável ao que se está discutindo, como já se  
794 teve oportunidade de discutir longamente com a Conselheira representante do Ministério  
795 Público, ou que fosse incluída a 169 naquilo que fosse aplicável ao caso, mas não  
796 integralmente. Diz que isso é o único ponto que está trazendo, em vista do que foi colocado  
797 durante a discussão dos Conselheiros. Coloca-se e coloca também a equipe técnica da empresa  
798 à disposição dos Conselheiros para fazer qualquer tipo de esclarecimento que seja necessário.  
799 **Yuri Rafael** questiona ao Conselheiro Rafael Chaves se se colocaria “naquilo que for  
800 aplicável de acordo com a Instrução Normativa do IBAMA 169”. O **Conselheiro** concorda.  
801 **Yuri Rafael** diz que, pelo seu entendimento, a empresa está renunciando o recurso, ou seja, o  
802 prosseguimento do recurso. Concordou com os termos. **Dr. Thiago Pastor** diz que seu  
803 entendimento é que ele não tem como renunciar o recurso porque o recurso é que permite que  
804 se venha apreciar agora. Frisa que está de acordo com o parecer que a Conselheira apresentou,  
805 com as condicionantes da Conselheira. **Yuri Rafael** diz que se se pegar o Código de Processo  
806 Civil, se está transigindo, resolve-se o mérito da questão. **Dr. Thiago Pastor** observa que se  
807 abrir mão do recurso, não precisa ser julgado. **Yuri Rafael** questiona se Dr. Thiago está de





## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

808 acordo com a íntegra que foi colocada em substituição ao que foi colocado no recurso, às  
809 solicitações do recurso. **Dr. Thiago** concorda e destaca a última ressalva. A **Presidente** diz  
810 que vai abrir para a sociedade civil que quer manifestar-se e registra a presença do Prefeito de  
811 Porteirinha, Sr. Silvanei Batista. Agradece sua participação na reunião e coloca a SUPRAM  
812 NM à disposição da Prefeitura para qualquer esclarecimento em relação a esse  
813 empreendimento. Faz a leitura nome a nome: Cristiane Alan, Thiago Pastor, Rosângela  
814 Marilda. **A Presidente** esclarece mais uma vez que cada manifestante terá o prazo máximo de  
815 cinco minutos para se manifestar. **Rosangela Marilda Sales** cumprimenta os Conselheiros e a  
816 sociedade civil e diz que está no empreendimento como uma colaboradora, uma parceira na  
817 área de alimentação coletiva. Para não perder a oportunidade, diz que irá dar um depoimento  
818 da sua experiência na sua área. Em 2009, ela esteve em Riacho dos Machados justamente para  
819 poder estar vislumbrando a possibilidade de estar celebrando essa parceria com Riacho dos  
820 Machados. Diz que já vem trabalhando com outras empresas na área de alimentação coletiva e  
821 empresas de grande porte, médio porte e pequeno porte sempre voltado com essa preocupação  
822 social. Mas o que a surpreendeu, em Riacho dos Machados, foi a preocupação com a questão  
823 social, pois até na hora de apresentar para eles um escopo de como seria essa prestação de  
824 serviço foi colocado e, para surpresa dela, até o piso salarial desses funcionários que iriam  
825 estar como colaboradores dela foi maior que o piso salarial da categoria em Montes Claros.  
826 Para uma região onde não se ouve falar em ganhar salário mínimo, o piso salarial dessa  
827 categoria voltada para a área de alimentação coletiva é maior que o piso salarial de Montes  
828 Claros. Isso a levou, também, a ver qual era o posicionamento, a questão de exigência de uma  
829 dessas condicionantes, que fossem contratados funcionários da região, e onde há dificuldade de  
830 conseguir esses funcionários. Então, em parceria com o empreendedor foi feito uma  
831 capacitação desses funcionários. Diz que estão com dificuldades de encontrar uma  
832 nutricionista ao passo que, em Montes Claros têm “n” nutricionistas e, na região de Riacho dos  
833 Machados e Porteirinha, não conseguiram selecionar uma nutricionista com experiência da  
834 área de alimentação coletiva porque a responsabilidade é muito grande. Conseguiram, sim,  
835 nutricionista que não têm experiência e, em concordância com o empreendedor, foi decidido,  
836 voltado para a questão social, contratar uma nutricionista com experiência, mas darão  
337 oportunidade para uma nutricionista em início de carreira como nutricionista *trainee*. Essa  
838 preocupação social a pegou de surpresa. Pela experiência que tem em obras sociais como  
839 presidente da Fundação Graciema Alves em Bocaiuva. O Yuri, o Wagner, conterrâneos dela,  
840 sabem como esse trabalho com relação à questão social. Diz que a Fundação Graciema Alves,  
841 que é voltada para a área da educação cultural da criança e do adolescente, em 92 foi  
842 interditada e ela foi nomeada pelo Ministério Público e pelo juiz e está até hoje. Já pediu para  
843 sair e não consegue. Viu dentro de Riacho dos Machados, dentro do projeto essa  
844 responsabilidade social, por isso esse depoimento. Diz que uma frase que foi ouvida no Comitê  
845 de Segurança do Presidente Daniel a tocou muito: “Aqui nós estamos trabalhando, o produto  
846 nosso aqui não é o ouro, o produto nosso aqui é a vida.” Foi quando ele parou a operação, pois  
847 estava dando muita poeira, levando para o Comitê. Isso a emocionou muito quando ele disse  
848 que o produto era a vida dos colaboradores, não importa que tenha que parar porque está dando  
849 poeira. Ela deixa esse depoimento como cidadã responsável e não apenas como uma  
850 empreendedora. **A Presidente** agradece a Rosangela e chama por Fernando Gomes Ribeiro.  
851 **Fernando** diz que é representante da Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico de  
852 Minas Gerais, cumprimenta os conselheiros e demais participantes dessa reunião. Parabeniza o  
853 consenso entre o empreendedor e o Ministério Público, principalmente porque o Governo de  
854 Minas Gerais se preocupa em proporcionar um bom ambiente de negócios. Diz que vê que o  
855 empreendedor teve a capacidade de procurar o Ministério Público para negociar em termos que  
856 seriam bons tanto para o empreendimento, que fossem viáveis para os investidores e todo  
857 capital investido na empresa, encaixando com as demandas da sociedade e com os requisitos  
858 da legislação. Isso é importante para providenciar crescimento econômico com



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

859 responsabilidade social. Ainda mais em um projeto em que o Governo de Minas vê com muito  
860 bons olhos a mineração de Riacho dos Machados. A **Presidente** agradece a fala do Fernando e  
861 chama por José Fernandes Santos. **José Fernandes Santos** deseja boa tarde e cumprimenta os  
862 Conselheiros juntamente com a sociedade civil organizada. É cidadão riachense e a família  
863 mora próximo à mineração, na região do entorno. Coloca que confia na mineração por suas  
864 propostas. Diz que, nessas propostas, é interessante o rigor na área de segurança do trabalho  
865 em relação à prevenção de acidentes. Também é importante o rigor moral no que se refere ao  
866 comportamento do pessoal que vem de fora e fica alojado dentro da nossa cidade. Nesse  
867 sentido a atividade de mineração representa uma esperança de desenvolvimento para a região,  
868 diz isso porque já trabalhou em várias regiões de mineração pelo Brasil, tendo vários exemplos  
869 que deram certo. E, para dar certo é preciso esse planejamento entre poder público e poder  
870 privado. Na sua cidade estão trabalhando com planejamento, é pensar a longo prazo, é usar  
871 esses royalties para melhorarem a saúde, educação, as questões sociais e infra-estrutura de que  
872 o município tanto carece. Nesse sentido, cita alguns municípios que conseguiram trabalhar  
873 com isso e que hoje estão bem nesse sentido. Por exemplo, Araxá, onde já morou, tem  
874 mineração e eles souberam lidar com isso; Vazante, também tem e, quando olha a questão da  
875 saúde, o atendimento, a questão social, os direitos são atendidos porque há essa parceria, os  
876 recursos provindos da mineração são investidos na área social. E por isso colocam que a  
877 mineração é uma esperança para o desenvolvimento, para melhorar a condição de vida do  
878 povo. E, nessa melhora, estão trabalhando, com a prefeitura, com cursos profissionalizantes,  
879 pensando a longo prazo para atender as demandas da mineração. Ressalta que o pessoal de  
880 Riacho dos Machados está satisfeito e o posicionamento deles é importante, pois representa a  
881 esperança. Esse desenvolvimento não é sobrepondo o capital, o recurso financeiro, às questões  
882 sociais e, sim, está falando do desenvolvimento sustentável. Tem que haver desenvolvimento  
883 sustentável. A sustentabilidade é muito importante nesse sentido, porque a maioria dos seus  
884 recursos provém da mineração. Se pararem com a mineração o mundo para. Tem muita gente  
885 criticando a mineração, mas todo mundo quer um carro novo, que trocar de aparelho o tempo  
886 todo. Então, a demanda pela mineração são eles que provocam. Nesse sentido a avaliação é  
887 muito positiva. A **Presidente** agradece e chama Sebastião Albuquerque. **Sebastião**  
888 **Albuquerque** deseja boa tarde cumprimenta os Conselheiros, Ministério Público e sociedade  
889 civil, conterrâneos e todos os presentes. Diz que é um pequeno comerciante varejista de  
890 supermercado, mora em Riacho dos Machados há 29 anos, desde que a Vale do Rio Doce  
891 começou a pesquisar esse ouro aqui. Diz que até hoje sonham com essa expectativa de  
892 conseguirem alguma coisa que justifique o sucesso e que volte às raízes pessoal que migra  
893 com frequência. É testemunha que a mineradora preocupa com eles em Riacho dos Machados,  
894 tanto do lado social, do lado da saúde e da educação. Riacho dos Machados, nesse mês,  
895 completou meio século e não há nada que tenha sucesso em sua cidade. A expectativa dele, o  
896 sonho é que a mineração, com essa seriedade que vem trazendo, possa melhorar a igualdade  
897 social. Não há cidade próxima que tenha essa comparação social, o IDH é baixíssimo.  
898 Propõem tanto e quando olhando do lado, os vizinhos tentam impedir esse sucesso, essa  
899 esperança que eles têm para a cidade. É um absurdo isso. Ele é corjesuense e mora há 29 anos  
900 em Riacho dos Machados, conhece muito bem a cidade. Trabalha com comércio varejista e  
901 sabe o que é um pobre coitado chegar e pedir meio quilo de arroz, meio quilo de feijão, isso é  
902 triste, é doloroso. A mineradora, quando chegou a Riacho dos Machados, todos sonharam com  
903 isso. Todo mundo empregado, melhorando a qualidade de vida, gerando emprego, gerando  
904 renda, essa é a esperança dele. Teve a oportunidade de verificar. Diz que os Conselheiros são  
905 todos autoridades competentes, conhece os trabalhos, sabem que é viável, que é seguro. O  
906 Ministério Público está para os defender, para defender todas as teses, é conhecedor da causa.  
907 O sonho deles é que a mineradora se instale, comece a operar e traga lucro tanto para ela  
908 quanto para o crescimento da cidade. Agradece a todos e parabeniza a mesa organizadora que  
909 também está preocupada com eles. A **Presidente** agradece o Sebastião e chama por Marco  
910



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

911 Antônio Fernandes. Chama Walter Foster. **Walter Foster** deseja boa tarde e diz que veio  
912 voluntariamente quando ficou sabendo da reunião. Diz que nasceu na montanha, em cima do  
913 ouro e se criou na miséria. Sonhava que um dia iria morrer e não ia ver ninguém desfrutar da  
914 riqueza, porque ouvia os pais, os avós falarem que ali tinham umas bateias antigas, onde  
915 bateavam ouro e o local se chama Ouro Fino. Nasceu no município de Porteirinha, foi criado lá  
916 na serra onde tem o ouro. Andava a cavalo, a pé, pois não tinha estrada. Hoje é morador de  
917 Nova Porteirinha, é um pequeno produtor rural, vive da agricultura e fruticultura. Como um  
918 senhor falou anteriormente, vivem em uma região que estão no período de seca muito grande e  
919 Deus deu a Minas Gerais essa mina cheia de ouro e eles têm que desfrutar isso. Não teve  
920 escolaridade, mas educou seus filhos. Estavam todos desempregados, mas com a chegada da  
921 mineradora um dos filhos trabalha diretamente lá. Não vê risco nenhum quanto à barragem de  
922 Janaúba, pois conhece a serra, os vales e os dois afluentes do rio Gorutuba, Piranga e Ribeirão,  
923 que não têm contato nenhum com a serra que está o ouro. Diz que vê uma responsabilidade  
924 muito grande na empresa, vem acompanhando isso de perto. Tinha que vir mais, pois essa  
925 região é rica e essa geração futura terá grandes vitórias, porque está sendo descoberto. As  
926 autoridades com tecnologia avançada de hoje, não trazem preocupação nenhuma para a  
927 questão ambiental. Estão trabalhando seriamente, tanto na parte de animais, quanto na floresta  
928 onde viram tudo de pé. O rigor é muito grande, mas tem que ser mesmo. Mas, tem gente que  
929 não é da região e fica manifestando coisas contrárias. Diz que está apoiando os empresários  
930 que estão trazendo coisas boas para a região. A **Presidente** agradece o Sr. Walter e chama por  
931 Luzia Ferreira da Silva. **Luzia Ferreira da Silva** deseja boa tarde a todos e diz que é moradora  
932 de Riacho dos Machados, trabalha na mineradora há 4 anos e nasceu na região onde foi  
933 implantada. Fala com muito orgulho da empresa, pois muitos colegas da sua idade foram  
934 embora para trabalhar, porque não tinham oportunidade de emprego. Hoje trabalha lá. Vários  
935 colegas que foram para fora tiveram a oportunidade de voltar agora para trabalhar aqui, para  
936 estar próximos da família já que saem todos os dias, saem de manhã e a tarde estão em casa  
937 com a família. Vê muita oportunidade de Riacho dos Machados crescer, agora que estão tendo  
938 oportunidade de conseguir algo para os seus filhos. Ela tem um filho e zela por ela, pois não  
939 teve escolaridade melhor por não ter condições de ir para fora. Agora é a hora de quem está  
940 trabalhando investir em alguma coisa, pensando no futuro dos filhos, das famílias. A empresa  
941 de mineração é uma empresa responsável em todas as áreas, e tem certeza de que Riacho dos  
942 Machados e Porteirinha estão na fase de alcançar o objetivo para estas cidades. Como  
943 colaboradora de uma das empresas, agradece muito por esse emprego e tem certeza que muitas  
944 pessoas estão sendo beneficiadas por estarem trabalhando dentro da empresa. E, o emprego,  
945 não só direto, mas o indireto, mudou muito a região e tem certeza que irá mudar muito mais. A  
946 mineradora é uma porta da esperança. A **Presidente** agradece a Luzia e chama por Sebastião  
947 R. Silva. **Sebastião R. Silva** cumprimenta todos e diz que não trabalha na mineradora, mas é  
948 do município de Riacho dos Machados. Sabe que a mineradora, sendo instalada no município,  
949 estará trazendo diversos benefícios para a população. Como jovem, mesmo não trabalhando  
950 nesta empresa, ele gostaria de representar os outros jovens que não puderam estar aqui  
951 presentes, pois ele tem seu meio de sobreviver, mas há outros jovens que não tem meios de  
952 sobreviver. Através da mineradora, existem empresas terceirizadas que podem estar prestando  
953 serviços para esses jovens que não têm o nível social melhor para até mesmo ter uma educação  
954 razoável. Então, como jovem do município, gostaria que as pessoas que têm uma visão mais  
955 ampla, olhassem não para si próprio, mas ver num geral. Quando se está num nível melhor,  
956 tem pessoas que está em um nível bem inferior. Como foi proposto, a cidade está chegando a  
957 ter um salário no nível do salário da cidade de Montes Claros. Em certo ponto isso não é justo,  
958 mas a cidade também precisa desenvolver para que acompanhe o nível das cidades próximas,  
959 porque não se pode ficar no nível da extrema pobreza. A **Presidente** chama por Mateus.  
960 **Mateus** deseja boa tarde a todos e se identifica. É produtor rural no município de Riacho dos  
961 Machados, é tesoureiro da Associação da Comunidade Roça de Mandiocas. É uma



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

962 comunidade vizinha a mineradora. Tem o prazer e o dever de cumprimentar todas as  
963 autoridades, os Conselheiros e as demais pessoas presentes e diz que a mineradora em Riacho  
964 dos Machados vai desenvolver um bom trabalho, não só no nesse município como nos  
965 municípios vizinhos. Em Porteirinha e mesmo em Janaúba e Montes Claros havia gente  
966 trabalhando no município. A mineradora está trazendo qualidade e se preocupando com o  
967 pessoal da nossa cidade. Em Riacho dos Machados, a mineradora está sempre em reunião com  
968 o pessoal, dando assistência para ver se os funcionários dela não estão trazendo problemas para  
969 a cidade. Ela está sempre preocupada com as famílias de Riacho dos Machados. Por isso, está  
970 testemunhando os trabalho da empresa para o pessoal do meio ambiente, do Conselho, todos  
971 presentes e os companheiros de Riacho dos Machados que vieram juntos para tratar de  
972 assuntos dos seus interesses para que Riacho dos Machados venha a desenvolver bons  
973 trabalhos para a sociedade civil. Agradece a mineradora, pois tem desenvolvido bem o  
974 município trazendo, agora, cursos profissionalizantes com parcerias. Através desses cursos, os  
975 riachenses ficam muito felizes, pois nunca tiveram oportunidade de ver chegar esses cursos em  
976 Riacho dos Machados. Após a chegada da mineradora, chegou um curso de mineração que não  
977 tinha na cidade. Através do empenho da mineradora, Riacho está avançando nas tecnologias.  
978 Agradece à mineradora porque irá desenvolver muitos estudos e muitos trabalhos para o  
979 município e a comunidade vizinha a mineradora, da qual é tesoureiro. Agradece a todos.  
980 A **Presidente** agradece Mateus e chama por Valdeci Barbosa. **Valdeci Barbosa** diz que estou  
981 aqui para falar sobre aquela conversa que o Conselheiro falou que os moradores são fiscais.  
982 Diz que são fiscais, estão fiscalizando a mineradora há muito tempo e está aqui para  
983 testemunhar isso. No seu caso, são poucas palavras e não vai precisar dos 5 minutos. Está tudo  
984 OK, a mineradora está sempre fazendo visita para a população, na associação, mostrando no  
985 telão o que está acontecendo. Agora contrataram uma empresa que pega os animais, cuida de  
986 escorpião a cobra, passarinho, tudo que se envolve em animais. Com relação à sociedade, está  
987 fazendo a análise nos poços artesianos, que são os poços vizinhos à mineradora. Os poços  
988 estão envolvidos dentro da mineradora, mostrando suas análises. Então, está tudo OK e ele está  
989 aqui para defender a mineradora com muita honra em nome de Riacho dos Machados em peso  
990 e da sociedade. A **Presidente** agradece Valdeci e chama por Ananias. **Ananias Alves**  
991 **Ferreira** diz que em nome do segmento religioso, pastor da Igreja Assembléia de Deus. Vem  
992 parabenizar o Conselho por essa compreensão entre Conselho e mineradora. Diz que estava  
993 comentando que todos falam a mesma língua, porque todos sentem na pele a mesma coisa. O  
994 mesmo sentimento de um é o sentimento do outro, é o emprego, é o desenvolvimento da  
995 cidade. Interessante que vieram de Riacho preocupados, será que haveria algum impedimento,  
996 iria barrar alguma coisa, será que teria que voltar a estaca zero, voltar ao mesmo estágio. Mas,  
997 quando estava sendo desenvolvida a fala de cada um, ficou feliz e glorificou a Deus, porque  
998 Deus tomou os caminhos e tudo foi normalizado. Pede que Deus abençoe Os Conselheiros por  
999 essa compreensão. Diz que a mineradora, os empreendedores estão sendo muito competentes e  
1000 como disseram que o povo são os fiscais deles, são mesmo. Por qualquer coisa colocam a boca  
1001 no trombone também. A **Presidente** agradece Ananias e chama por Claudinei dos Santos. Diz  
1002 que ficou em dúvida se era sobre este empreendimento. Pergunta se quer se manifestar com  
1003 relação a Riacho dos Machados. **Claudinei dos Santos** diz que está aqui também para falar um  
1004 pouco sobre a mineração. É um dos colaboradores na área de transporte e vê o tamanho da  
1005 responsabilidade que eles têm, porque, fazendo o transporte dos passageiros e de algumas  
1006 coisas que eles precisam, vê muito rigor. Vê que realmente eles estão preocupados com a  
1007 população, com a segurança de todos. O que tem para falar é que eles são muito preocupados.  
1008 Às vezes, aqui no Conselho e tudo mais, sempre as exigências são muitas, porque, às vezes, é  
1009 uma empresa privada. Diz têm uma estrada difícil que é do governo, do Estado e, às vezes,  
1010 acaba sendo abandonada e é tão pouco cobrada e, quando é empresa privada, geralmente, o  
1011 pessoal pega muito no pé. Na parte que cabe a eles se vê que realmente eles são muito  
1012 preocupados com o povo e com a segurança de todos. Na cidade de Porteirinha e Riacho dos



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

1013 Machados, precisando de funcionários, está até difícil, porque todos estão querendo fazer parte  
1014 da mineração e para aqueles que são pequenos, que são terceirizado, acaba ficando mais difícil.  
1015 O piso salarial, como a moça do refeitório disse, acompanhou o de Montes Claros, e isso é  
1016 bom para a população de Porteirinha e Riacho dos Machados. Agradece a todos aqui presentes,  
1017 ao povo que veio para poder estar aqui nessa reunião. Essas são suas palavras que fala  
1018 agradecendo a todos por esse motivo. Está surpreso porque, no que foi manifestado aqui, está  
1019 tudo OK com a mineração e a população também. A **Presidente** chama por Evandro. **Evandro**  
1020 dá boa tarde a todos, Conselho e equipes sociais presentes. Diz que gostaria de falar a respeito  
1021 da mineração, que o benefício que ela vem trazendo para nós da região é muito grande, e a  
1022 cobrança por parte do Conselho é ideal, pois cumprindo isso vai beneficiar a região. Eles vêm  
1023 cumprindo com todo rigor, e acredita que se não tivesse essa cobrança poderiam acontecer  
1024 coisas erradas e isso vem sendo bem feito e bem executado por eles. Trouxe muita  
1025 prosperidade para a população. Pessoas que estudaram e não tinham condições de arrumar um  
1026 emprego que poderia pagar um salário que foi gasto com os estudos. E a mineração trouxe  
1027 isso. Diz que Fica feliz com a mineração naquela cidade e que vem trazendo grandes  
1028 benefícios. A **Presidente** agradece Evandro e chama por José Wilson dos Santos. **José Wilson**  
1029 **dos Santos** dá boa tarde a todos, e diz que faz parte da sociedade civil de Riacho dos  
1030 Machados. Queria cumprimentar a todos, e dizer que como cidadão riachense e tinha um  
1031 sonho. Acha que o sonho de cada um de vocês, tanto a Promotora, quanto o Senhor Juiz, o  
1032 Senhor Tenente e todas as autoridades presentes aqui, tinham o desejo de ver um sonho seu se  
1033 realizar. Mas, esse seu sonho, às vezes, hoje, ele não se tornou realidade para ele, mas se  
1034 tornou realidade para o seu irmão que hoje é comerciante. Diz que abriu as portas de um  
1035 pequeno estabelecimento na minha cidade e esse estabelecimento não pôde se desenvolver  
1036 porque nós não tínhamos condições de estar recebendo clientes. Hoje, graças a Deus, seu irmão  
1037 está lá com o estabelecimento, com a clientela grande. Fica muito alegre e satisfeito, não só  
1038 por funcionários da mineradora, mas os funcionários das empresas terceirizadas que estão ali  
1039 dando o seu apoio para que esse projeto possa estar sendo concretizado. Fica muito alegre em  
1040 saber que tem uma empresa que fica preocupada, que a diretoria da empresa, todos os seus  
1041 colaboradores, todos os seus funcionários têm preocupado com a questão seja ela social, seja  
1042 ela pública, seja ela civil. Eles têm se preocupado com essa questão. Até achou engraçado  
1043 ontem, quando eu estava se alimentando com uma colega sua. Ela falou que a melhor hora para  
1044 ela era a hora do almoço. E ele falou com ela que para ele, não. A melhor hora é a hora que  
1045 está trabalhando, porque se não tivesse o seu trabalho, de que eu iria manter a sua família? Às  
1046 vezes, quando se está comendo e trabalhando e muito fácil dizer que a melhor hora é a hora do  
1047 almoço, mas, quando você está comendo e não tem um trabalho, você fica preocupado. Tem-se  
1048 o privilégio dentro de Riacho dos Machados em saber que se tem emprego na nossa porta.  
1049 Uma empresa competente que tem colocado cursos profissionalizantes, cursos em todas as  
1050 esferas dentro do município. Até para operadores de caminhões fora de estrada, escavadeira  
1051 que nunca ouviu falar em outra empresa que tenha esse programa. A mineração está  
1052 oferecendo, capacitando profissionais para estarem agregando ao seu quadro de funcionários.  
1053 Isso é uma lisonja muito grande como cidadão riachense em saber que têm uma empresa de  
1054 caráter, uma empresa de moral, uma empresa honesta, uma empresa séria que quer que o  
1055 município possa crescer, que quer que o município possa desenvolver com seriedade e  
1056 dignidade. Porque sendo assim, estão recebendo seu salário através de seu trabalho justo,  
1057 trabalho honesto, com seriedade para que seus sonhos possam se tornar realidade, mesmo  
1058 distante dos grandes centros que lhes proporciona melhorias de vida, uma grande  
1059 conhecimento. Mas, através do seu trabalho, o que seus pais não tiveram condições de me dar,  
1060 creio ter condições de oferecer para o seu filho, que é uma faculdade. A **Presidente** agradece  
1061 José Wilson e chama por Maria Aparecida Martins. **Maria Aparecida Martins** diz que está  
1062 representando o município de Porteirinha. Cumprimenta os conselheiros, a sociedade civil. Diz  
1063 que está aqui enquanto educadora. Já trabalha na área da educação há 22 anos. Neste longo



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

1064 período de tempo, teve a oportunidade de trabalhar em vários projetos sociais e, assim que a  
1065 mineradora chegou à região, estava à frente da Juventude Porteirinhense. Neste momento, teve  
1066 a grata satisfação de ter como parceiros. Estava a frente dos trabalhos com os cursos técnicos  
1067 do Pró-Jovem Trabalhador. Hoje já há muitos jovens ingressos na mineradora. Jovens que, em  
1038 parceria com a SETE (Secretaria do Estado do Trabalho e Emprego), tiveram hoje a  
1039 oportunidade de estar em uma empresa conceituada. E, falando dessa questão do social, lembra  
1070 que criou o banco de currículos, no período em que estive a frente da Juventude. Nesse  
1071 momento, teve a oportunidade de encaminhar para a mineradora motoristas, ajudantes de  
1072 serviços gerais, nutricionista, vigilantes, vários profissionais. Está aqui para dizer que a região  
1073 é uma região carente de emprego. A mineradora chegou e nesse momento alastrou na cidade a  
1074 questão relacionada a prostituição, abuso sexual que poderia acontecer, a segurança ambiental.  
1075 Muitos tratam essa questão ambiental que seria um caos. Mas, na verdade, o que se está  
1076 percebendo, em relação aos trabalhos, é que trouxe muita postura, muito dinamismo, muito  
1077 trabalho. Diz que vê um aquecimento maior do comércio, percebe também que esses jovens  
1078 que hoje estão lá têm uma postura profissional diferente, encaram o trabalho de uma forma  
1079 diferente. Quando trabalhou com os cursos, a utilização de equipamentos, teve a oportunidade  
1080 de levar alguns jovens para visitas na mina e lá eles ficaram impressionados com essa questão  
1081 de utilização do equipamento. Não se entra em nenhum lugar da mina sem estar equipado  
1082 adequadamente, para a própria saúde. Achei interessante na entrada um quadro que dizia, no  
1083 dia que eu fui lá, que a empresa estava há 265 dias sem acidente e o índice de acidentes zero.  
1084 Percebe-se que existe essa seriedade e lembra que os jovens da região, principalmente lá onde  
1085 está sediada a empresa, que é Riacho e Porteirinha, não têm muita oportunidade de trabalho.  
1086 Hoje como já se têm egressos, vários jovens, vários cidadãos porteirinhenses, através desse  
1087 banco de currículos, está-se percebendo que está sendo bastante oportuno, através dos cursos  
1088 técnicos. Lembra que estão vindo agora para Porteirinha mais 10 cursos profissionalizantes,  
1089 uma parceirinha da SETE com a mineradora e as prefeituras de Riacho e Porteirinha. Vai  
1090 acontecer, nesse final de semana, o SIne na praça, também com parceria da mineradora. Então,  
1091 todos esses benefícios que estão sendo trazidos para a região acalmam essa ideia desse monstros  
1092 que se criou em torno da exploração sexual, em torno da segurança ambiental. Percebem que  
1093 as pessoas estão trabalhando com mais ética, com mais postura, o comércio está se  
1094 transformando um comércio diferente. Está-se enfrentando um período de seca, a escassez de  
1095 chuva. Acredita-se nessa empregabilidade como meio viável para o crescimento econômico e  
1096 desenvolvimento de região. A **Presidente** agradece Maria Aparecida e chama por Edio.  
1097 **Edio** diz é professor do curso profissionalizante e está aqui representando sua cidade,  
1098 Porteirinha. Durante vários anos em que lectionei cursos profissionalizantes no Centro  
1099 Vocacional e Tecnológico de Porteirinha, formou centenas e centenas de alunos. Nesse  
1100 momento, quer destacar o importante papel da mineradora, na inserção desses jovens no  
1101 mercado de trabalho. Sabe que existe na região um marasmo econômico, devido ao baixo  
1102 índice pluviométrico. Passa-se uma seca muito grande aqui, crise em cima de crise. A região  
1103 em si não oferece oportunidade para os jovens. Fala isso porque eu leciono há vários anos no  
1104 Centro Vocacional Tecnológico e vê que muitos certificados que os alunos pegam colocam no  
1105 fundo do baú, porque a região não oferece condição. E, agora, com a mineradora, tem vários  
1106 alunos que encontra pelas ruas da cidade jubilandos, saltitantes, alegres. “Professor, com aquele  
1107 curso, aquele diploma, consegui uma vaga na mineradora. Agora vou fazer estágio de 3 meses  
1108 em Belo Horizonte por conta da empresa.” Às vezes para quem é adulto pode não ser muita  
1109 coisa, mas para um jovem de 20 anos que procura oportunidade e nunca achou essa  
1110 oportunidade, quando tem achado é um emprego informal. E, quando acha um emprego  
1111 formalizado, fica deslumbrado. Diz que fica olhando para eles e vê que os olhos cintilam de  
1112 alegria e essa alegria o contagia, como professor por saber que seus alunos estão se saindo  
1113 bem. Diz que vem aqui agradecer muito à mineradora lá em Riacho dos Machados por esse  
1114 relevante papel econômico e social na região. Uma região carente que precisa de investimento,



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

1115 uma região em que não chove, cada ano mais seca. Precisam de empresas sérias como a  
1116 mineradora lá em Riacho dos Machados. Quer agradecer à mineradora, está muito feliz. A  
1117 **Presidente** agradece Edio e chama por Valmir Pinheiro. Passa a Marcos André **Marcos André**  
1118 deseja boa tarde aos membros do Conselho do COPAM, a todos presentes e diz que é Pastor da  
1119 Igreja Presbiteriana em Porteirinha e presidente do Conselho de Pastores da cidade. Diz que os  
1120 Provérbios dizem que na multidão de conselheiros há sabedoria. Agradece aqui a todos os que  
1121 têm trabalhado. É exaustiva essa reunião, essa cobrança, mas agradece ao Conselho pela  
1122 preocupação com a região, com aquela cidade. Quer testemunhar aqui algo que é um problema  
1123 social e econômico da região mas que tem sido minimizado com a chegada da mineradora.  
1124 Provérbios também lembram disso, que a fome do trabalhador o incita a trabalhar porque a sua  
1125 boca faz isso. Mas, como procurar trabalho onde não há trabalho? Como matar a fome onde  
1126 não há como trabalhar e ganhar dinheiro para comprar o seu pão? É difícil. Onde se via saindo  
1127 o chefe da casa, saindo dezenas de ônibus ali da região e ficando mulheres com seus filhos.  
1128 Lembra de uma declaração de um político que dizia que ficavam mulheres viúvas de maridos  
1129 vivos. Nisso as igrejas da região tinham que auxiliar, cuidar para sustentar, dar um suporte por  
1130 causa dessa necessidade. Por isso eu quero parabenizar a minerado Carpathion que tem  
1131 valorizado a região e ajudado a minimizar esse problema social e econômico, onde várias  
1132 famílias, pôde acompanhar e tem acompanhado, têm tido o seu chefe de família ali naquela  
1133 região, não precisando mais sair para outras localidades para procurar trabalho, emprego.  
1134 Então, fica ai esse testemunho para o Conselho do COPAM e a sociedade que têm  
1135 acompanhado essa chegada da mineradora: tem sido um avanço para aquela região, tem sido  
1136 um tempo de bênçãos para o povo. A **Presidente** agradece e chama por Rubens Rodrigues.  
1137 **Rubens Rodrigues** deseja boa tarde a todos e diz ser de Riacho dos Machados. Cumprimenta  
1138 a mesa em nome da Dra. Ana Eloíza. Diz que mais uma vez vem levantar a bandeira aqui que  
1139 não é da mineradora, não é dos políticos, não é em nome do dinheiro e, sim, de algo que não  
1140 quer calar, o sucesso de Riacho dos Machados e Porteirinha. Não é só o sucesso financeiro e  
1141 econômico, mas o sucesso de felicidade que, graças a Deus, começaram a ver isso a partir de  
1142 alguns meses ou anos em que a mineradora se instalou em Riacho. Podem notar que já estamos  
1143 chegando ao número de mil funcionários e nem por isso a criminalidade aumentou. Muito pelo  
1144 contrário, diminuiu. O índice de desenvolvimento humano, com certeza, aumentou. Ter olhos,  
1145 não só regionais, mas olhos nacionais voltados para nossa cidade. Cidade que antes era  
1146 conhecida como cidade do esquecimento. Graças a ela, primeiramente a Deus, que permitiu  
1147 isso. Mas a pergunta que não quer calar aqui essa tarde é aquelas pessoas que vivem tentando  
1148 arrancar o sonho nosso, por quê? Dizem que vai causar impactos lá. Diz que faz uma pergunta  
1149 a todos: se aquelas pessoas que estão nas regiões circunvizinhas, que estão tentando acabar  
1150 com seus sonhos, o que eles falam é a poluição? Tem palavra para eles: antes de tirar ou tentar  
1151 tirar o cisco que está no olho do teu irmão, tenta tirar a trave que está no seu, ou seja,  
1152 possivelmente, segundo estudos, pode haver uma contaminação. Mas, observa a quantidade de  
1153 pessoas que há aqui capacitadas para olhar, para fiscalizar. Diz que essas pessoas não são  
1154 autoridades constituídas por acaso. São autoridades constituídas por Deus, porque Deus  
1155 permitiu, e, segundo, pela sociedade, que confia nelas. Diz que quer pedir, em especial aos  
1156 Conselheiros, que moderem, pois, se se vai investir em algum lugar e não é bem recebido, não  
1157 faz questão do dinheiro que perdeu. Da mesma forma são os investidores que estão no  
1158 Canadá. Se sentiram que não são bem recebidos, vão embora, e quem fica na mão não é  
1159 Janaúba, nem Montes Claros, nem Minas Gerais, é Riacho dos Machados e Porteirinha. Diz  
1160 que essa é sua crítica. Pede que se olhe para sua cidade. Precisam de apoio, de pessoas que  
1161 contribuam. Todo esforço voltado para eles vai ser muito bem vindo. Pede que se modere.  
1162 Questiona se vale a pena plantar 600 árvores de uma espécie por causa de uma. Diz que se  
1163 pode entender isso, porque o que o Brasil prega é o meio ambiente. Mas questiona se o Canadá  
1164 vai entender isso. Não haveria como mudar um pouco a situação e, em vez de plantar árvore,  
1165 voltar ao desenvolvimento da cidade? Diz que, em nenhum momento, quer tirar a atribuição



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

1166 do Conselho, mas pede que tenha sabedoria, que modere. Diz que a Mineradora Riacho dos  
1167 Machados está sendo uma bênção na cidade, e a cidade conta com o Conselho para ajudar.  
1168 Pede que não deixem que ele vá embora, porque sobre as costas do Conselho, direta ou  
1169 indiretamente, está uma responsabilidade de um empreendimento e de sonhos de muitas  
1170 pessoas. A **Presidente** chama Paulo Roberto. **Paulo Roberto Santos** cumprimenta os  
1171 Conselheiros e os presentes e diz que está é cidadão de Porteirinha. Como apaixonado por  
1172 Porteirinha e pelo Norte de Minas, não poderia deixar de dar sua palavra de apoio de incentivo  
1173 para a região. Diz que é empresário em artes gráficas. Talvez o primeiro da região, talvez de  
1174 Montes Claros, É do tempo em que se compunham as matérias com tipos. Graças a Deus,  
1175 evoluiu e já está informatizado. Diz que quer esse desenvolvimento para a cidade e também  
1176 para as pessoas. Diz que uma vez abriu duas vagas em sua empresa e chegaram tantas  
1177 mocinhas que se sentiu totalmente impotente, machucado, por ver tanta situação de  
1178 necessidade de emprego e não poder atender aquela situação. Diz que aquilo ficou marcado em  
1179 seu coração. Diz que hoje está aqui para expressar o amor que tem por sua cidade e pelas  
1180 pessoas. Diz que, graças a Deus, tem sua mesa farta, mas tem parentes na cidade e tem visto  
1181 pobreza em toda a região. Diz que pediu a Deus que desse empresas capacitadas e idôneas que  
1182 pudessem melhorar a região. Graças a Deus, foram agraciados com a empresa mineradora  
1883 Riacho dos Machados e tem sentido o reflexo em Porteirinha e em toda a região, em Riacho  
1184 dos Machados, com o comércio melhorando. Diz que é por isso que está aqui, para hipotecar  
1185 seu apoio a essa entidade tão importante para a região. Diz que acredita e continua confiando  
1186 nas autoridades aqui presentes e dos municípios e de toda a região, nos Conselheiros que  
1187 sabem muito bem fiscalizar e estão aí para olhar o que for anormal. Diz que nada de pior vai  
1188 acontecer. Tem certeza que só se tem a ganhar com essa instituição. Diz que já está sentindo  
1189 isso, já está vendo isso. Está com mais de 40 anos na profissão e já estava desanimado, mas já  
1190 investiu em sua empresa. Nessa semana já estão chegando máquinas, e tem colegas  
1191 comerciantes em Porteirinha e em Riacho dos Machados que já investiram. Muito sucesso está  
1192 acontecendo na região. Deixa a hipoteca de seu apoio à mineradora e pede que os Conselheiros  
1193 ajam com o bom senso com que estão agindo para que isso possa continuar acontecendo e não  
1194 venha acabar enterrando os sonhos de muitos jovens. Diz que já está descambando, mas  
1195 pensa em seus filhos e nos jovens que precisam de trabalho. Agradece e diz que estará sempre  
1196 aqui para levantar a bandeira porque a ama a região e quer ver o progresso da cidade. Diz que  
1197 quer dizer para o Prefeito de Porteirinha, que está presente, que está para apoiar tudo o que for  
1198 para a região, porque é apaixonado pela vida e por amar o próximo e o desenvolvimento do  
1199 irmão também. A **Presidente** convoca Ione. A **Conselheira Vanessa Barbosa** registra sua  
1200 saída, em razão de um compromisso. Diz que sai infelizmente sem votar nenhum processo. A  
1201 **Presidente** pede, ainda que o regimento diga que são cinco minutos, que as pessoas sejam  
1202 bastante objetivas. Diz que, de repente, são questões que estão sendo faladas, que já foram  
1203 colocadas, quem antecedeu já falou. Diz que ainda se tem uma pauta bastante extensa pela  
1204 frente. A **Sra. Ione** diz que é da cidade Porteirinha e está representando a classe empresarial.  
1205 Quer destacar o apoio a essa empresa que chegou para trazer benefícios, os quais já se têm  
1206 mencionado em todas as falas, diante da carência da região. Como comerciante é sempre  
1207 preocupação, mas o fluxo tem crescido com a chegada da mineradora e das pessoas. Deixa o  
1208 voto de apreciação pela palavra da Dra. Ana Eloíza com essa preocupação social e também  
1209 destaca a gratidão a Deus por ver pessoas séria, comprometidas com a ordem e por trazer essa  
1210 alegria de entender essa situação em que vivem. A **Presidente** convoca Sra. Maria de Lourdes.  
1211 **Maria de Lourdes** diz que, na verdade, poderia retirar sua fala, mas quer cumprimentar todos  
1212 os Conselheiros pelo trabalho realizado, agradecer a Capathion por ter cedido e ter feito esse  
1213 acordo. Diz que a sociedade civil não teria como fazer um estudo aprofundado e chegar à  
1214 conclusão a que se chegou. Dá os parabéns. A **Presidente** convoca Custódio. Convoca Vidal  
1215 Joaquim. **Vidal Joaquim** diz que fica muito feliz com pessoal por ter conseguido essa situação  
1216 como está, que virou uma verdadeira Montreal, uma coisa muito boa. Parece que a Carpathion





## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

1217 trouxe muita coisa boa para lá. Fica feliz porque eles estão galgando espaço. Diz que é  
1218 gorutubano de Janaúba e fala com muita honra por eles. Diz que a partir daí gostaria de colocar  
1219 sua opinião com relação a isso. Diz que ouviu várias falas, como a do Conselheiro Rafael e da  
1220 Conselheira Ana Eloíza, falando de segurança, e isso o preocupa. Diz que sua preocupação  
1221 maior é a barragem de contenção, que é a barragem de rejeito. Ninguém falou a respeito dela.  
1222 A condicionante 28 fala alguma coisa e não está sendo discutida aqui. Essa é a preocupação do  
1223 povo de Janaúba. Diz que estão preparando uma audiência pública para o dia 25 de abril para  
1224 discutir essa situação, pelo fato de as condicionantes falarem muito pouco a respeito da  
1225 barragem de rejeito, em que vão ser utilizados arsênio e cianeto, que são produtos altamente  
1226 perigosos. Diz que não têm benefícios com relação à Carpathion com relação à questão social e  
1227 muito menos econômica. Alguns funcionários são de Janaúba, mas é uma quantidade pequena.  
1228 Eles também estariam aqui defendendo a Carpathion. Diz que não está falando contra o  
1229 empreendimento, está propondo melhor verificação com relação à segurança da barragem de  
1230 rejeito que vai usar arsênio e cianeto, altamente tóxicos e violentos para a saúde. Diz que têm  
1231 feito algumas reuniões com a comunidade civil de Janaúba visando a essa questão da  
1232 segurança do povo. Diz que a maioria dos empreendimentos de Janaúba está voltada para a  
1233 banana, mas têm outros problemas como a água da barragem. Diz que tentaram verificar  
1234 algumas coisas com relação à possibilidade da problema com a barragem de rejeitos que é  
1235 muito próxima. A questão dos rios Piranga e o outro rio, que também são próximos. Diz que  
1236 não é esse problema de distância, já que esses rios pequenos deságuam na barragem do Bico da  
1237 Pedra. Diz que a preocupação da sociedade de Janaúba está questão da segurança, que, com a  
1238 audiência, vai-se explicar melhor. Diz que gostaria que todo mundo, ao analisar, ao votar,  
1239 analise a questão da vida como um todo e não só a questão econômica e social. Diz que acha  
1240 muito bonitas as falas de todos, e só ele está falando alguma coisa diferente. Não sabe se isso é  
1241 verdade. Gostaria que todos analisassem com carinho a questão da segurança. Diz que se falou  
1242 que a questão da vigilância seria da população. Diz que está representando talvez um grupo de  
1243 pessoas que pode explodir depois da audiência que se vai ter e, até lá, vai-se estar acionando o  
1244 povo para descobrir que há formas de ter segurança. Se a Carpathion traz benefícios, que traga  
1245 também segurança. Diz que vale a pena estarem juntos nessa situação, porque, se não houver  
1246 segurança todos serão afetados. Agradece a oportunidade que lhe foi dada aqui. Encerra  
1247 dizendo que, quando a esmola é muito grande, o santo desconfia. A **Presidente** convoca  
1248 Carlos Mendes. O **Sr. Carlos Mendes** parabeniza todos os Conselheiros e presentes. Diz que é  
1249 a primeira vez que participa de assembleia como essa pelo alto nível dos debates. Diz que lhe  
1250 chamou a atenção a preocupação de todos com as questões principalmente sociais e  
1251 ambientais. Diz que está em nome da Câmara Municipal de Janaúba com a mesma  
1252 preocupação que o Vidal manifestou. Diz que foram extremamente bem recebidos pelo  
1253 Promotor Dr. Fabrício Lopo. O Ministério Público já está promovendo uma audiência pública  
1254 no dia 25 de abril em Janaúba. Diz que o que quer transmitir aqui, principalmente para os  
1255 representantes da empresa, é que não se tem nenhuma intenção de barrar esse  
1256 empreendimento. Não será óbice ao desenvolvimento de Riacho dos Machados e Porteirinha.  
1257 O que se quer ter é o exato conhecimento do potencial de risco que há para as águas da  
1258 barragem do Bico da Pedra, porque ela abastece os dois municípios, e uma eventual  
1259 contaminação dessa água seria desastrosa para toda a região. Diz que é isso que se quer, e  
1260 antecipa o convite para os representantes da empresa, se quiserem ou puderem, irem à Câmara  
1261 Municipal de Janaúba. Diz que estão formulando um convite a outro engenheiro, porque o que  
1262 se quer mesmo é esgotar, no máximo possível, o conhecimento sobre o potencial poluidor não  
1263 só do subterrâneo, mas das águas superficiais e do ar. Para se poder, a partir daí, com toda essa  
1264 segurança, abraçar a causa e ser solidário e usufruir do progresso do Norte de Minas. Dá  
1265 parabéns pela condução dos trabalhos. A **Presidente** convoca Joelisa. Convoca Alexandre  
1266 Gonçalves. **Alexandre Gonçalves**, da Comissão Pastoral da Terra, diz que acompanha há  
1267 alguns anos as questões relacionadas a mineração aqui no estado de Minas Gerais. Pede para



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

1268 parar de filmar porque fica meio tímido quando o filmam. Não está muito acostumado com  
1269 câmeras. Diz que gostaria de colocar duas coisas. Primeiro, o que se está discutindo aqui. Não  
1270 se está discutindo se se é a favor ou contra a mineradora. O que se está discutindo é que toda  
1271 vez que um empreendimento chega a um local ele vai causar impactos, impactos negativos e  
1272 impactos positivos. Diz que se colocou uma série de impactos positivos: emprego que está  
1273 gerando e tal. Mas não se podem fechar os olhos e não ver que existem também impactos  
1274 negativos. Questiona para que servem as condicionantes elaboradas aqui. Servem para  
1275 minimizar esses impactos. Se há impacto de aumento da violência, se há impacto de  
1276 contaminação da água de uma região que hoje está sofrendo imensamente com a falta de água.  
1277 Segundo o pessoal de Janaúba, 40% da vazão que era utilizada nos perímetros irrigados hoje  
1278 está diminuída. Está-se vivendo em todo o semiárido uma crise de água muito grande. E se  
1279 sabe que a mineração é um dos setores econômicos que mais utiliza água. E é importante ficar  
1280 atento para isso. As condicionantes vêm no sentido de minimizar esses impactos. Diz que o  
1281 Brasil é um país muito rico. É a sexta economia do mundo, mas, ao mesmo tempo, se vê muita  
1282 pobreza, porque a riqueza fica concentrada na mão de poucos. Com a mineração não é  
1283 diferente. Pode-se ver lugar em que Eik Batista está na tabela dos mais ricos do mundo. No  
1284 ano passado era o sexto, agora caiu um pouco porque fez uns negócios meio errados. Explica  
1285 que Eik Batista é filho da mineração, filho do presidente da Vale. Destaca que a mineração é  
1286 um tipo de economia que concentra muito a renda. As condicionantes servem também para  
1287 assegurar que essa renda, que esse lucro que se vai ter com o ouro fique nas comunidades,  
1288 fique na saúde, na educação, na infraestrutura, no transporte, no Conselho Tutelar, fique  
1289 preservando o meio ambiente. Diz que o que se está discutindo não é se a mineração vai ser  
1290 feita ou não. O que se está discutindo é que se defende que as condicionantes sejam mantidas e  
1291 que sejam cumpridas. Diz que a empresa fez uma proposta de tirar uma parte das  
1292 condicionantes, não sabe bem porquê. Se o projeto vem para trazer progresso, é interessante  
1293 que seja um progresso que venha para distribuir para todo mundo a riqueza, melhorar a vida da  
1294 população. As condicionantes são fundamentais para segurar um pouco desse lucro que vão  
1295 levar daqui. Diz que outra coisa é uma preocupação que se vem fazendo dentro da Igreja. É  
1296 com relação à barragem do Bico da Pedra. Diz que a sociedade civil não se tem instrumentos  
1297 para acompanhar e fiscalizar o que acontece lá dentro, porque é uma propriedade privada. Só  
1298 se entra se eles permitirem. Quem é responsável por fazer a fiscalização, se as medidas estão  
1299 cumpridas ou não, é o SISEMA. Diz que a LI foi dada em novembro/dezembro de 2011, e até  
1300 hoje não houve nenhuma fiscalização., nem do IBAMA, nem do Ministério Público, nem do  
1301 órgão estadual que acompanha isso. Diz que o medo, o risco é que, na hora que se for fazer a  
1302 fiscalização, não se sabe se há irregularidade ou não. Diz que é impossível denunciar alguma  
1303 coisa porque não se consegue chegar lá dentro. Faz um apelo para que se tenha um pouco mais  
1304 de clareza nas coisas que vão acontecer no município. É preciso abrir um pouco mais o olho e  
1305 também ver formas de fiscalizar o que está acontecendo. A **Presidente** convida o Sr. Silvanei  
1306 Batista, prefeito de Porteirinha. O **Sr. Silvanei Batista** cumprimenta a todos, os Conselheiros,  
1307 os conterrâneos de Porteirinha, o público presente e, em especial, os representantes da  
1308 Carpathion. Diz que, em janeiro, ao iniciar o governo, juntamente com o prefeito de Riacho dos  
1309 Machados, Elton, tiveram um contato com a empresa. Foram bem recebidos, tiveram um  
1310 diálogo aberto, com transparência. Tiveram até uma conversa com o Sr. Daniel, um dos  
1311 principais diretores, em que expuseram os problemas dos municípios. Diz que, no caso de  
1312 Porteirinha, tem-se uma saúde lamentável, um único hospital que está com o bloco cirúrgico  
1313 interditado pela Vigilância Sanitária desde setembro, e que atende não só Porteirinha, mas  
1314 mais seis municípios. Tem-se enfrentado dificuldades para solucionar aquele problema de  
1315 imediato. Diz que o hospital se encontra também endividado. Porteirinha encontra-se numa  
1316 situação preocupante. Diz que a educação não é invejável. Há problemas sociais e diversos  
1317 problemas como a maioria dos municípios tem. Sabe do comprometimento da empresa. Diz  
1318 que, na semana passada esteve com Marco Antônio, com Bilac Pinto, na SEDRU, tendo até



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

1319 assinado um termo para elaboração do plano diretor do município. Diz que entra com a  
1320 responsabilidade de buscar alternativas para melhorar as condições de vida para aquele povo  
1321 de Porteirinha. Diz que tem certeza de que, com o trabalho da Carpathion, poderá minimizar os  
1322 problemas, que são grandes. É preciso ser verdadeiro e saber que é preciso muito trabalho para  
1323 mudar a situação de Porteirinha principalmente nesse período de escassez de chuva. Diz que  
1324 está muito preocupado, com Prefeito de Porteirinha, também como presidente do Consórcio  
1325 composto por 16 municípios, de Manga a Espinosa. Diz que tem a preocupação: que mais  
1326 mineradoras venham para a região, desde que cumpram as exigências na instalação e na  
1327 operação, como a Carpathion está cumprindo. Espera melhorar muito a situação do município.  
1328 De coração, em nome das famílias de Porteirinha, agradece ao Conselho o trabalho que fez  
1329 durante esse tempo. Pede que continue em defesa do povo do Norte de Minas, porque a  
1330 maioria das pessoas não tem voz. Com essa representatividade, com certeza, o povo será mais  
1331 bem atendido. Cumprimenta a Carpathion por cumprir as exigências, as condicionantes. Está  
1332 em Porteirinha aberto a dialogar e buscar soluções para melhorar a vida daquele povo que  
1333 tanto ama. Com certeza fará o melhor nesses quatro anos por aquela gente. A **Presidente**  
1334 chama o Sr. Pedro. O **Sr. Pedro** diz que fala em nome do povo de Riacho, porque é de lá. Diz  
1335 que não se pode ter medo do inimigo. O inimigo de que tinha medo era o Conselho, e Deus  
1336 iluminou e o Conselho aprovou. Diz que está voltando com tamanha felicidade. Diz que veio  
1337 para aqui com o guarda-chuva, porque lá está chovendo, e disse que se fosse necessário  
1338 quebraria o guarda-chuva. Mas não foi necessário porque Deus falou mais, Nossa senhora  
1339 passou na frente e os Conselheiros são maravilhosos. Não se pode ter medo o inimigo nem  
1340 calar-se diante dos erros. Vai-se corrigir tudo que estiver errado. O Conselho vai ajudar. Diz  
1341 que o povo de Riacho está feliz. Problema existe. E quem não tem problema? Têm problema,  
1342 mas a Carpathion é bacana demais. Diz que está havendo é muita inveja, muito olho grande.  
1343 Diz que não vão ficar com o ouro. Diz que a Vale do Rio Doce arrancou o ouro e pulou fora.  
1344 Agora é outra história. Totalmente diferente. Eles estão com um trabalho maravilhoso. Deus  
1345 vai iluminar como o ouro brilha e ilumina. Vai ser muito bom esse tempo em que chegaram. O  
1346 povo está feliz e o trabalho está de parabéns. Pede que Deus ilumine o Conselho e continue.  
1347 Diz que o povo não vai mais ter medo do Conselho. O Conselho está com lei na mão e sabe  
1348 ajudar, e vão vencer. Diz que Riacho agradece a todos de coração. O **Sr. Valmir** diz que seu  
1349 nome está inscrito, mas teve que se ausentar porque a glicose estava baixa. A **Presidente**  
1350 permite que fale. **Valmir**, advogado em Janaúba, diz que é colega de um grupo que está  
1351 preocupado com a situação. Diz que sente todo respeito com a Promotora representante do  
1352 Ministério Público que está zelando pela observação da lei, e com os demais membros do  
1353 Conselho, que exerce um papel fundamental nesse momento e em toda a vida. Diz que se viu  
1354 na boate o que aconteceu com o cianeto. Não se quer que um fato como esse venha a ocorrer  
1355 numa cidade de 70.000 habitantes. Diz que é muito bom para os beneficiários de Riacho. Diz  
1356 que é a favor do progresso mais consciente e com responsabilidade. Diz que todos foram muito  
1357 bem instruídos, a fala foi toda harmônica, muito bem organizada. A harmonia foi tanta que  
1358 causa surpresa dos testemunhos prestados. Pede que prestem bastante atenção, não sejam  
1359 negligentes, não sejam omissos, tenham consciência de seu papel aqui, por que isso pode ter  
1360 reflexo num futuro talvez não muito distante. Diz que se precisa de um estudo aprofundado, e  
1361 conta com o apoio de Ministério Público para uma eventual relação do cianeto e do arsênio,  
1362 como eles se manifestam ao serem processados. Diz que isso é um fato grave. A empresa cita  
1363 só de leve, não aborda esse fato, de forma negligente e irresponsável. Diz que traz à  
1364 FEDERAMINAS e aos membros da indústria que querem trazer esses empreendimentos a  
1365 qualquer custo que pensem um pouco, reflitam bastante no futuro. Não sejam levianos em suas  
1366 decisões a custo simplesmente do progresso tido como progresso. Reflitam bastante em suas  
1367 famílias. Pode ser quer algum parente venha a sofrer de câncer, e já será tarde. Pede que não se  
1368 pense somente na questão econômica, não se seja imediatista para que não se tirem conclusões  
1369 de uma situação que poderia ser evitada. Não se deixem levar pelo dinheiro, pelo benefício



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

1370 imediato, porque são poucos em uma cidade de 9.000 habitantes. Não são trinta ou quarenta  
1371 que vão justificar um empreendimento desses passando por cima do meio ambiente como a  
1372 Promotora disse no relatório. O meio ambiente não é só a natureza em si. O meio ambiente  
1373 envolve o ser humano em suas interrelações. Questiona como vai ficar isso, qual o impacto  
1374 dessa empresa. Diz aos representantes da empresa que, antes de serem representantes da  
1375 empresa, fazem parte da sociedade e devem antes zelar por ela. Pede que não deixem a questão  
1376 financeira se sobrepor a tudo e a todos. A **Presidente** agradece a manifestação de todos os  
1377 inscritos desejando que a sociedade de Riacho dos Machados e Porteirinha continue  
1378 acompanhando, fiscalizando o empreendimento e desejando que o empreendedor prossiga  
1379 cumprindo suas obrigações e responsabilidades socioambientais. Diz que o diálogo existe para  
1380 se resolverem todas essas questões. Observa que já se tem condição de votar. Propõe colocar  
1381 em votação o parecer da Procuradoria Geral de Justiça que foi objeto de acordo com o  
1382 empreendedor. Coloca em votação a alteração das condicionantes de nº 20, 21, 31,33, 38, 39,  
1383 40, 41, 42, 50B, nos termos do relatório de vista do representante da Procuradoria Geral de  
1384 Justiça. O **Conselheiro Thiago Cavalcanti** manifesta sua abstenção. A **Presidente** confirma a  
1385 **aprovação** com abstenção da FIEMG.

### 1386 **7.1 Petra Energia S/A.**

1387 A **Presidente** informa que há destaque pela Conselheira Ana Eloíza. A **Conselheira Ana**  
1388 **Eloíza** diz que fez o destaque nos três itens referentes à Petra. A **Presidente** informa que o  
1389 destaque é para os três empreendimentos e parece que a SUPRAM também tem destaques para  
1390 fazer. Diz que se fará a discussão dos três itens e a votação dos três em bloco. A **Conselheira**  
1391 **Ana Eloíza**, com relação ao empreendimento de pesquisa de gás natural e petróleo, diz que o  
1392 Ministério Público não tem dúvida. Diz que o que lhe chamou atenção, e já discutiu isso aqui  
1393 outras vezes, é em relação à propriedade onde vai acontecer a exploração. Diz que entende e  
1394 até concorda que não tem como vincular a PETRA à ação de terceiro, que seria o proprietário  
1395 ou possuidor da terra. Não há como impor condicionante para um terceiro executar. Pede que a  
1396 SUPRAM esclareça se esses empreendimentos estão regularizados ambientalmente; se estão  
1397 licenciados, se forem passíveis de licenciamento; se possuem AAF para o tipo de  
1398 empreendimento que realizam. Diz que viu que o primeiro era criação de bovinos. Observa que  
1399 a propriedade tem dois mil e poucos hectares e talvez fosse até passível de licenciamento até  
1400 pela ação do Conselho, acima de 1.000ha. Se eles não estiverem regularizados, ainda que não  
1401 se possa condicionar o empreendimento da PETRA a essa regularização, pelo menos que a  
1402 SUPRAM chamasse essas pessoas para essa regularização. Já que o estado entrou ali, entende  
1403 que não se podem fechar os olhos. **Yuri Rafael** diz que, em relação à reserva legal, mesmo  
1404 nessas questões, a propriedade em si, por ser uma obrigação *propter rem*, tem que estar com a  
1405 reserva legal regularizada. Se ela não tiver reserva legal regularizada, não se concede a licença.  
1406 Diz que o próprio arrendatário, no caso a PETRA, acaba regularizando por ela mesma a  
1407 reserva legal que é do empreendedor. Diz que, quando se verifica alguma irregularidade dentro  
1408 da fazenda ou dentro da gleba, autua-se o proprietário e não se autua a PETRA. Diz que o que  
1409 se tem feito é que, em relação àquela área arrendada pela PETRA, ela tem que recuperar algum  
1410 evento que ali ocorre. Mas, em relação à reserva legal, porque é obrigação *propter rem*,  
1411 continua-se a vincular ao proprietário e não se concede sem a regularização da reserva legal.  
1412 Diz que até agora não se tem atentado para a regularização do proprietário em si, convocando-  
1413 o ao licenciamento, à regularização ambiental. Diz que se pode fazer isso a partir de agora. Diz  
1414 que, quando se verifica *in loco* que trata de alguma irregularidade como gado dentro da reserva  
1415 legal, notifica-se e autua-se o proprietário. Em relação à atividade desenvolvida, criação de  
1416 gado, silvicultura, até se verifica isso, pois acabam fazendo contrato de comodato, locações de  
1417 área, geralmente com empresas que já estão regularizadas. Não sabe se, em campo, os técnicos  
1418 têm feito esse esclarecimento com o proprietário. **Edmilson**, Analista Ambiental da SUPRAM  
1419 NM, diz que, conforme Yuri falou, sempre que se chega à propriedade, está atento a isso para  
1420 saber se a propriedade está legal, porque ela vai estar usufruindo de bens que a exploração em



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

1421 si vai estar posteriormente ativa para o proprietário da fazenda. Diz que o que se tem  
1422 observado em vistorias é a regularização da reserva legal e todas as outras características que  
1423 possam ser passíveis de licenciamento. A **Conselheira Ana Eloíza** questiona se está  
1424 afirmando que essas três propriedades estão licenciadas. **Edmilson** diz que o que está falando é  
1425 que, como no caso de Ubaí é uma propriedade pequena, criação de gado não passível de  
1426 licenciamento. A parte que se teria de fiscalizar é a reserva legal. Verificou-se e existe um auto  
1427 de infração que foi lavrado e encaminhado ao proprietário da fazenda. A **Conselheira Ana**  
1428 **Eloíza** questiona sobre a primeira, de dois mil e poucos hectares, que não é pequena e talvez  
1429 caísse no licenciamento que é exigido pela CONAMA 01/86 e é objeto da ação do Ministério  
1430 Público. **Edmilson** diz que o que se fiscalizou lá foi a parte da reserva legal e a área que se vai  
1431 utilizar para perfuração do poço. Quanto à parte de licenciamento geral, se a fazenda é passível  
1432 disso, isso não foi verificado. A **Conselheira Ana Eloíza** diz que essa era sua questão. Faz  
1433 sugestão de que essas propriedades, as três, e todas as outras onde houver esse tipo de  
1434 empreendimento sejam chamadas para regularização, ainda que não seja licenciamento. Pode  
1435 ser que realmente nem sejam passíveis, mas que isso seja observado. **Edmilson** diz que, no  
1436 item 7.1 e 7.3, na página 5 e na página 13, onde se fala que a Petra já possui outorga para  
1437 utilização da água, o cadastro de uso insignificante, na verdade ela possui autorização de  
1438 perfuração do poço tubular de água. Até eles adquirirem a outorga, eles têm como opção a  
1439 anuência da Copasa que fornecerá água para eles através de caminhão-pipa. Essa água vai ser  
1440 cobrada através de faturas avulsas de acordo com o consumo. No Anexo II, onde se lê  
1441 “Licença de Operação Corretiva”, leia-se “LP mais LI”. **Pedro Henrique**, da SUPRAM NM,  
1442 faz uma correção no parecer referente ao Anexo II, do item 7.2 da pauta, do município de  
1443 Juramento. Diz que na primeira condicionante foi colocado para cumprimento do  
1444 automonitoramento, que já consta no Anexo II. Diz que essa condicionante se repete no item 8.  
1445 A condicionante nº 1 seria “instalar poços de monitoramento a montante e a jusante do pátio”,  
1446 o que não foi colocado. Pede também a correção do Anexo II, onde se lê “Licença de Operação  
1447 Corretiva”, leia-se “Licença Prévia concomitante com Licença de Instalação”. A **Presidente**  
1448 diz que estão registradas as correções. O **Conselheiro Thiago Cavalcanti** pede para ouvir o  
1449 empreendedor. O **Sr. Gerson**, Diretor de SMS da Petra, diz que é um prazer estar falando com  
1450 o Conselho, pois nessas conversas há sempre algo para esclarecer. Diz que é sempre oportuno  
1451 tirar dúvidas e falar do trabalho que vem fazendo. Diz que, em relação a esses pontos, não tem  
1452 o que comentar. Só pede que não vinculem o licenciamento a essa fiscalização da regularidade  
1453 da atividade. Diz que é importante colocar um ponto que diferencia o empreendimento neste  
1454 momento. A Petra é um aspirante a empreendedor. Diz que, na verdade, o que se está fazendo  
1455 é uma grande pesquisa geológica na bacia do São Francisco, numa área de total fronteira  
1456 geológica. É uma pesquisa que vem durando mais de dois anos. Diz que já se coletaram mais  
1457 de 21.000 quilômetros de dados sísmicos. Agora se está nessa campanha de perfuração dos  
1458 poços, que é etapa subsequente ao processo de prospecção de hidrocarboneto. Diz que só tem  
1459 que agradecer o apoio que o Conselho tem dado porque sua dinâmica é um pouco diferenciada  
1460 das demais empresas. Não se tem um plano de negócios prontos, porque não se sabe se o  
1461 recurso existe. Têm compromissos com a Agência Nacional de Petróleo que coloca para a  
1462 empresa um limiar até onde a pesquisa pode seguir. Diz que se tem que fazer um balanço para  
1463 conseguir obter essas licenças no tempo hábil para perfurar os poços e mesmo assim respeitar  
1464 toda a dinâmica do próprio processo de pesquisa, que, num determinado momento, coloca  
1465 algumas locações como sendo estratégicas e, em outros momentos, elevando-as segundo plano  
1466 e trazendo novos pontos que devem ser perfurados para se confirmarem as informações que se  
1467 estão obtendo. Frisa que é um aprendizado constante. É uma grande pesquisa. Diz que gostaria  
1468 de colocar em debate uma condicionante que surpreendeu a empresa, porque já têm 40  
1469 processos de licenciamento e 23 poços perfurados. Refere-se à condicionante nº 9 que  
1470 estabelece estudos conclusivos sobre paleontologia, arqueologia e espeleologia. Diz que, como  
1471 são três processos, não a sabe se é exigir demais do Conselho, mas trouxe um geólogo da



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

1472 Petra, profissional extremamente qualificado na bacia do São Francisco. Fez sua tese de  
1473 mestrado aqui e está fazendo a tese de doutorado. Diz que fez uma apresentação pequenininha  
1474 só para fundamentar essa solicitação que está fazendo. É uma fundamentação técnica para  
1475 mostrar o quão preocupados já estão na raiz do processo com essas questões. Pede para usar 10  
1476 minutos para fazer essa explanação e discutir essa condicionante. A **Presidente** diz que é  
1477 importante porque é uma atividade que está na pauta sempre. Questiona se a apresentação é  
1478 sobre o processo. O **Sr. Gerson** diz que é uma oportunidade para esclarecer. É o processo que  
1479 antecede a definição de uma locação de um poço. Diz que é bem rápido. Reitera o convite que  
1480 tem feito nas demais reuniões, porque sempre surgem dúvidas sobre o processo, que é uma  
1481 atividade nova em Minas Gerais, para que visitem para conhecer o processo. As sondas estão  
1482 migrando pela bacia do São Francisco e será um prazer tê-los para tirar alguma dúvida ou para  
1483 algum esclarecimento que se possa prestar. **Humberto Reis**, geólogo, agradece a  
1484 oportunidade, porque para quem é da área técnica é sempre um grande prazer interagir dessa  
1485 forma com o público e mostrar um pouco mais do processo da metodologia de trabalho que se  
1486 tem adotado e a seriedade envolvida em todo esse processo. Diz que a apresentação vai ser  
1487 simples e estruturada da seguinte maneira: primeiro vai mostrar qual a metodologia, os  
1488 principais passos para se chegar na locação de um poço e em seguida vai-se entrar nos pontos  
1489 específicos dessa discussão que são os poços de Juramento, Fazenda Santa Rita e Rio Grande.  
1490 Apresenta a área de trabalho. Diz que a Petra é uma das pioneiras em pesquisa de  
1491 hidrocarbonetos em terra, e a principal área de ativos é a bacia do São Francisco. É uma bacia  
1492 extensa, que cobre mais ou menos 500.000km<sup>2</sup> ao longo dos estados de Minas Gerais, Bahia,  
1493 Goiás e Tocantins. Diz que é importante chamar atenção para o tamanho dessa bacia porque é  
1494 um tamanho incomum quando se compara com bacias tradicionalmente estudadas no Brasil  
1495 que são as bacias litorâneas. Informa que a Petra São Francisco atualmente é operadora de 24  
1496 blocos dentro da bacia do São Francisco. Cada um desses blocos é também extremamente  
1497 grande, com mais ou menos 3.000km<sup>2</sup> de área. Diz que uma peculiaridade dessa bacia para a  
1498 qual tem que chamar atenção sempre é seu substrato geológico predominantemente composto  
1499 por rochas que se denominam pré-cambrianas, ou seja, rochas tão antigas quanto 600 milhões  
1500 de anos e mais antigas até que isso. Mostra mapa com caracterização da área. Diz que geólogo  
1501 tem mania de falar em tempo geológico, e mostra figura do que seria a origem de todo o  
1502 planeta se se trouxesse isso para a concepção de um dia de 24 horas. Diz que o que chama  
1503 atenção é que, nesse dia de 24 horas, o surgimento do homem ia se restringir só aos últimos  
1504 segundos, ou seja, todo o resto desse tempo foi ocupado por uma série de processos geológicos  
1505 que, nesse tipo de pesquisa, se precisa necessariamente entender para levar isso para frente. Diz  
1506 que atualmente na bacia se lida com a perspectiva de trabalho com rochas com idade entre 1.2  
1507 bilhões de anos e 600/500 milhões de anos, o que necessariamente é mais antigo que as  
1508 grandes reservas conhecidas atualmente. Diz que chama atenção para isso porque essa bacia é  
1509 extremamente peculiar. Isso exige da Petra como pioneira na bacia e no tipo de estudo que faz  
1510 uma acurácia muito maior. Tem-se que processar cada uma das informações da maneira mais  
1511 precisa possível, porque, quando se vai traduzir a idade dessa bacia e a extensão que se está  
1512 trabalhando, significa risco. Quando se estuda muito, quanto mais se estuda mais se diminuem  
1513 esses riscos. Apresenta um diagrama simples mostrando que o trabalho é um trabalho  
1514 multiescala, começando a analisar desde a geologia de superfície até levantamentos sísmicos e  
1515 aerogeofísicos, passando pela interpretação das linhas sísmicas, que são uma espécie de  
1516 radiografia que se tira da superfície da terra e que permite enxergar a estrutura das rochas e sua  
1517 extensão lateral com uma resolução muito boa por mais de 10 quilômetros de profundidade.  
1518 Mudando de escala, diz que se trabalha também com dados de superfície. O geólogo descreve  
1519 a rocha, amostra, analisa, entra para o banco de dados, posteriormente os dados dos poços, até  
1520 se chegar na escala microscópica e, finalmente, a escala nanoscópica, que é a escala que  
1521 contém sua unidade de trabalho que é o gás. Diz que, para locação de poços, considerando-se  
1522 todas essas peculiaridades da bacia e o próprio processo de estudo de hidrocarboneto, precisa-



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

1523 se necessariamente entender muito bem o substrato geológico, entender os potenciais para  
1524 hidrocarboneto e, finalmente, minimizar e até eliminar qualquer risco operacional, que  
1525 significa custo que não se quer assumir ou, na verdade, não quer ter. Até então, chegar na  
1526 locação de um poço. Apresenta um diagrama simplificado mostrando tudo que é feito antes de  
1527 se chegar na locação propriamente dita: levantamento e interpretação sísmica de detalhe;  
1528 levantamento e interpretação aerogeofísica de imagens de satélite; levantamento da geologia de  
1529 superfície. Diz que se costuma catalogar as principais zonas de emanação de gás na superfície.  
1530 Até então se conseguiu as principais áreas potenciais para locação de um poço, fazer sua  
1531 avaliação dos riscos operacionais e ambientais, finalmente, entrar no processo de locação,  
1532 licenciamento e perfuração do poço propriamente dito. Diz que, entrando nos pontos dessa  
1533 discussão, que a paleontologia é conhecida na geologia, principalmente no estudo dos  
1534 hidrocarbonetos como uma ferramenta extremamente importante para se entender o substrato  
1535 geológico no qual se quer encontrar esses hidrocarbonetos. Toda atividade de pesquisa  
1536 considera por essência esse tipo de ferramenta. Diz que isso é muito importante porque cada  
1537 fóssil que se encontra é crucial na hora de dizer a idade das unidades que se está trabalhando.  
1538 Essa idade vai ter consequência no processo. Diz que a peculiaridade da bacia do São  
1539 Francisco é que a grande maioria das rochas desse substrato geológico é muito mais antiga que  
1540 os primeiros microfósseis registrados. Embora se importante, embora se procure, fica-se à  
1541 mercê da idade das características do próprio substrato. Diz que as poucas ocorrências  
1542 fossilíferas que se conhecem hoje em dia na bacia do São Francisco são restritas a algumas  
1543 unidades de pouca representatividade em termos de espessura e localizada. Diz que entrando  
1544 no carste tem-se que trabalhar com duas perspectivas antes de se trabalhar um poço: primeiro,  
1545 o compromisso ambiental e, segundo, o risco operacional. Chama atenção para dois pontos: o  
1546 que é um poço de pesquisa para petróleo ou gás e qual é sua área de impacto direto. Diz que  
1547 um poço, nesse caso, tem uma área de impacto direto na ordem de 1m<sup>2</sup> ou até menos que isso.  
1548 Diz que, quando se considera intervenção em superfície para montar toda essa estrutura, isso  
1549 não passa de 1ha e até menos, em função de uma tecnologia que se está trazendo em que as  
1550 sondas são consideravelmente menores, reduzindo a área de intervenção em superfície pela  
1551 metade. Diz que outro ponto para que chama atenção é o que é o carste. Diz que para  
1552 desenvolver o carste precisa-se de elementos principais: primeiro um substrato que seja  
1553 carstificado e, segundo, esse substrato tem que interagir diretamente com os processos  
1554 superficiais. Diz que, trazendo isso para o caso da bacia do São Francisco, considera dois  
1555 pontos: calcário; calcário exposto interagindo com água de chuva, com aquíferos superficiais,  
1556 são os principais pontos na hora de se avaliar isso. Lembra que se se montar uma estrutura  
1557 dessas em cima de uma cárstica como essa, na hora em que o poço bater em uma cavidade a  
1558 alguns metros de profundidade, isso significa ferramenta presa, poço parado, poço perdido. É  
1559 um custo que se evita a todo custo. Entrando diretamente nos pontos de discussão que são as  
1560 locações em que se está trabalhando, primeiramente o poço de Juramento, que fica no  
1561 município homônimo, mostra mapa com caracterização em que o que está em azul são os  
1562 calcários e carbonatos do grupo Bambuí, com idade em torno de 600 milhões de anos; as  
1563 estrelas são cavernas já mapeadas pelo CECAV, e um símbolo marcado é a locação pretendida.  
1564 Diz que o poço está distando da caverna já catalogada aproximadamente 35 quilômetros e está  
1565 fora da área de ocorrência de calcários. Frisa que o poço está localizado em um substrato com  
1566 nenhum potencial para desenvolvimento de relevo cárstico. Diz que quando se faz análise de  
1567 imagem, pode-se replicar esse tipo de informação. Mostra imagem onde se vê uma textura que  
1568 se chama textura lisa, que é típica de área de coberturas cenozóicas na bacia do São Francisco,  
1569 áreas em que a cobertura são areias inconsolidadas, às vezes algum cascalho ou frações mais  
1570 argilosas. Mostra área com cavernas já catalogadas pelo CECAV. Diz que, nessa área  
1571 especificamente, e em quase todas essas áreas, já na imagem se descreve uma textura que  
1572 chama uma textura sal e pimenta, que é uma textura típica, que foi originalmente descrita nos  
1573 primeiros pontos onde os pesquisadores reconheceram esse tipo de relevo cárstico. Diz que, se



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

1574 a imagem fosse melhor, se poderia ver perfeitamente que a textura é completamente diferente  
1575 de onde se está com o poço locado. Diz que, em superfície, áreas cársticas vão ter carbonatos  
1576 expostos, vão ter essa mata que se chama de mata seca e todo um relevo típico da dissolução  
1577 dessas rochas carbonáticas. Mostra foto em que se verifica em campo o que se interpretou na  
1578 imagem, ou seja, uma cobertura arenosa com algum cascalho e uma vegetação rasteira que  
1579 nada tem a ver com as características típicas de zonas cársticas. Mostra o carste de Lagoa  
1580 Santa. (Há questionamento inaudível fora do microfone - Reinaldo) Diz que, na verdade, essa  
1581 base é a que está disponível do CECAV. Diz que pode entender que existem variações porque  
1582 tudo depende da escala de mapeamento. Entretanto, enquanto se estiver em cima de um  
1583 substrato geológico sem nenhum potencial, o próprio regulamento diz que esses estudos têm  
1584 que ser feitos em alto potencial. **Fabício Melo**, da Petra Energia, diz que, quando se toma  
1585 como base oficial CECAV, tem, com certeza, todo o conceito de cavidade subterrânea já  
1586 estudado, não descaracterizando o que Reinaldo falou, se essa cavidade consta que está  
1587 próxima, ela tem que passar por todo o critério da CECAV para ser identificada. A base do  
1588 CECAV, ao contrário do que todo mundo imagina que é uma base desatualizada, não é  
1589 verdade. É a base atual, correta, com uma escala de trabalho de 1:2.500.000, que não confere  
1590 às vezes uma curácia perfeita para distância. Diz que todo trabalho de geologia vem corroborar  
1591 com a situação que Humberto acaba de dizer. A região não tem potencial para cavidade.  
1592 Mesmo que próximo exista uma ocorrência, mas, se essa ocorrência não está catalogada talvez  
1593 nem seja gruta. Diz que a CECAV só exige um estudo complementar, um estudo conclusivo,  
1594 quando está numa área de potencial espeleológico alto ou muito alto. E não é o que se  
1595 confirma com Humberto. **Reinaldo** fala fora do microfone. A **Presidente** pede que faça uso do  
1596 microfone. Continua sem microfone. **Humberto Reis** diz que o que quer chamar atenção nessa  
1597 apresentação é que na essência dessa pesquisa se tem que considerar essas coisas, tem que  
1598 considerar o substrato geológico, tem que ir lá e ver o que existe lá embaixo. Isso afeta as  
1599 operações. Para a empresa não é de interesse algum, por uma série de motivos, encontrar uma  
1600 cavidade dessas. Significa um custo muito alto. Quer-se evitar isso de toda forma possível. Diz  
1601 que está chamando atenção para os critérios utilizados. Diz que os critérios apresentados, todos  
1602 eles foram utilizados também pela CECAV no momento de mapear essas cavernas. Diz que o  
1603 principal deles é o substrato geológico e a interação disso com a superfície. Quanto ao Poço de  
1604 Rio Grande, diz que mais uma vez se vê a mesma situação. A locação está distando em torno  
1605 de oito quilômetros da cavidade mapeada mais próximo em cima de arenitos e pelitos de uma  
1606 unidade geológica que se chama de Três Marias, tão antiga quanto às outras que se discutiu  
1607 aqui. Traduzindo, diz que o poço está em um substrato geológico sem potencial algum para  
1608 desenvolvimento dessas feições cársticas. Diz que na verificação de imagem de satélite se vê  
1609 novamente aquela mesma textura e, conferindo no campo, confirma-se mais uma vez que é  
1610 uma área de pasto com coberturas arenosas, às vezes um pouco argilosas e com algum  
1611 cascalho. Chama atenção para as duas áreas que apresentou e para a próxima que vai  
1612 apresentar. Diz que, no procedimento, todas as linhas sísmicas são feitas ao longo das estradas.  
1613 As locações, portanto, que têm que ser amarradas nessas linhas sísmicas estão ou em cima da  
1614 estrada, muito próximo, sempre muito próximo das estradas, o que quer dizer que elas estão  
1615 em terrenos que já foram antropizados. Diz que o poço da Fazenda Santa Rita está localizado  
1616 em cima de uma cobertura que se chama de cobertura cenozóica. São coberturas recentes  
1617 compostas por areia e seções argilosas inconsolidadas e o substrato sem potencial algum para o  
1618 desenvolvimento dessas feições cársticas, ou seja, longe dos carbonatos. A análise de imagem  
1619 confirma isso. Em sequência, diz que vai usar como referência dois casos que tem licenciados  
1620 e que são relativamente parecidos, os poços de Córrego da Ema e o poço rio Andrequicé.  
1621 Mostra imagens. Diz que, na questão da textura da imagem eles estão nos mesmos domínios,  
1622 distando o Córrego da Ema em torno de dois quilômetros dessas cavernas já catalogadas pelo  
1623 CECAV. O poço rio Andrequicé está na mesma situação, mas distando um pouco mais, cerca  
1624 de seis quilômetros. Diz que, quando se leva isso para o mapa geológico, cada ponto vermelho  
1625





## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

1626 significa uma dessas cavernas já catalogadas que está em cima de um substrato composto por  
1627 calcários antigos do grupo Bambuí também. Diz que como se pode ver nos perfis, essas  
1628 camadas de carbonato têm mergulho contrário ao posicionamento das locações. Chama  
1629 atenção que, nesses dois casos, assim como em diversos poços que já se perfurou, o iro  
1630 Andrequicé já foi finalizado sem qualquer ocorrência ambiental ou problema a operacional  
1631 registrado. O **Conselheiro Rafael Chaves** diz que gostaria de se manifestar com relação à  
1632 apresentação. Diz que o IBAMA, por muito tempo, trabalhou com anuência para intervenção  
1633 em área cárstica. A partir de 2011, isso não é mais atribuição do órgão federal. O órgão  
1634 estadual licenciador é que faz isso. Diz que, quando o IBAMA trabalhava com isso, teve uma  
1635 experiência larga aí. O CECAV era do IBAMA na época, depois foi para o ICMBio. Diz que o  
1636 que se vê é que um empreendimento desse não pode basear-se em dado secundário. Diz que o  
1637 Mapa Geológico de Minas Gerais da CEDEMIG é 1:250.000. Questiona se vai mapear o  
1638 empreendimento no mapa de 1:250.000. Tem que fazer prospecção no campo. Tem que  
1639 levantar dado primário. O empreendimento é obrigado a fazer um levantamento de campo para  
1640 saber se há caverna lá. Diz que o técnico da SUPRAM foi à área e detectou uma cavidade que  
1641 não está mapeada. Frisa que o empreendedor é obrigado a informar ao CECAV a ocorrência de  
1642 cavidade. A prospecção é do empreendedor. Tem que ser feito em campo. Não se pode admitir  
1643 dado secundário de uma importância dessas. Caverna conta história do passado. Tem uma  
1644 importância fundamental no estudo paleontológico, geológico, arqueológico, e simplesmente  
1645 se ignora isso e sai abrindo poço sem pesquisar, sem prospectar. Diz que a culpa, no caso, é do  
1646 órgão ambiental de cobrar o estudo espeleológico, prospecção espeleológica na área de  
1647 pesquisa de poços na área da empresa. Diz que não existe caverna só em calcário. Diz que há  
1648 problema sério de intervenção de mineração de minério de ferro com cavernas de canga. Diz  
1649 que na região de Riacho dos Machados foram detectadas algumas cavernas de canga. Diz que  
1650 o mapa não é indicativo de nada. Tem-se que prospectar no campo. O **Conselheiro Edilson**  
1651 **Torquato** questiona, em relação à área que está limitando essa caverna ou gruta que ocorre lá,  
1652 qual a distância ou raio em que há influência dessa caverna e se pode pesquisar ou não.  
1653 Questiona se são 500 metros a área de influência, qual o raio de proteção. O **Conselheiro**  
1654 **Rafael Chaves** diz que a legislação fala em 250 metros. Mas não se estudou. O mínimo é 250 ,  
1655 até que o órgão ambiental defina através de estudo. Ninguém sabe para onde está indo a  
1656 projeção da caverna. Diz que está cobrando um estudo, uma prospecção espeleológica para se  
1657 saber exatamente onde existe esse tipo de formação. O **Sr. Gerson** diz que a equipe foi mal  
1658 interpretada, pois, quando se colocou o mapa do CECAV era para mostrar a correlação que há  
1659 entre a informação nessas escalas amplas com a pesquisa geológica da empresa. Diz que, se  
1660 hoje alguém detém informação geológica precisa na bacia do São Francisco é a empresa. É  
1661 essa informação que está trabalhando. Diz que não estão usando mapas de 2 milhões. Isso é  
1662 uma questão representativa para mostrar para o Conselho como as coisas casam. Como casam  
1663 as evidências. O conceito de onde aparecem as cavernas é um ponto. Diz que o que a empresa  
1664 está fazendo é obtendo dados de precisão. Está-se fazendo uma sísmica de precisão nesta  
1665 bacia. E é com esses dados que ninguém mais vai ter, enquanto eles não se tornarem públicos,  
1666 porque eles não são da empresa, são da ANP. Quando a ANP os tornar públicos, vão ser de  
1667 toda a sociedade. Destaca que isso é uma etapa prévia do estudo para locação por duas  
1668 questões. Diz que trabalha há 30 anos na área ambiental, já militou em todas as praias, em  
1669 todos os lados. Diz que tem orgulho de dizer que trabalha na Petra, porque é uma empresa que  
1670 começou, por princípio, com uma visão ambiental correta. E, todo projeto que têm feito agora  
1671 e se todos os resultados que têm conseguido não conseguem evidenciar isso. Diz que têm 23  
1672 poços perfurados, não deixaram um passivo ambiental sequer, não têm uma só autuação, têm  
1673 todo o processo ambiental rastreado. Isso é motivo de orgulho. Diz que têm sondas em campo  
1674 trabalhando com mais de ano sem um acidente com afastamento. Nunca houve um acidente  
1675 grave. Diz que é uma base para o estudo. Diz que o segundo ponto é que, além de tudo, a Petra  
1676 hoje só investe. Ela não tem um plano de negócio. Está investindo no risco total. Não se sabe



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

1677 sequer se o recurso vai estar lá disponível. E vários milhões já foram gastos nesse processo. E  
1678 a pesquisa está sendo intensa. Diz que a última coisa que se quer é aumentar o gasto com uma  
1679 desnecessária perda de um poço que pode, por exemplo, só em termo de ordem de grandeza,  
1680 gerar um prejuízo de R\$10 milhões para a empresa se ela perfurar numa caverna. Diz que,  
1681 quando pede para reconsiderar, excluir essa condicionante, além de todos os argumentos  
1682 técnicos, é porque a empresa está pressionada dos dois lados. É aspirante a empreendedor. É  
1683 pressionada pelo regulamento do Governo Federal, ANP, que estabelece limites, tempos. Não  
1684 há muita flexibilidade para, por exemplo, uma perfuração de um poço muito extensa, senão  
1685 inviabiliza a campanha. À medida que se está pesquisando, estão-se descobrindo novas  
1686 locações que passam a ser mais importantes que as anteriores que se julgavam importantes.  
1687 Diz que, dentro desse processo, é que pede que seja reconsiderada essa condicionante. **Yuri**  
1688 **Rafael** diz que, pelo que está colocando, a empresa já tem os estudos. Diz que é só colocar isso  
1689 em meio físico, fazer uma conclusão e encaminhar à Superintendência. O **Sr. Gerson** diz que,  
1690 se o estudo atende, é perfeitamente plausível. **Yuri Rafael** diz que o que se está solicitando são  
1691 estudos conclusivos. A **Conselheira Ana Eloíza** diz que ia dizer o que Yuri colocou.  
1692 Concorda com o Conselheiro Rafael e com Reinaldo e entende que não se pode trabalhar no  
1693 talvez. Diz que se falou de uma ocorrência e se responde que talvez nem seja uma gruta. É  
1694 preciso ter certeza se ocorre ou não. Diz que não se está pedindo um EIA/RIMA. Está-se  
1695 pedindo um estudo conclusivo, que um técnico afirme para a SUPRAM, para o Conselho que  
1696 não existe, que não tem perigo algum na área direta de influência do empreendimento.  
1697 **Yuri Rafael** diz, como exemplo, que Reinaldo falou que é uma área que está a dois  
1698 quilômetros. Não vai levar isso em consideração porque é não é uma área diretamente afetada  
1699 pelo empreendimento. Diz que a condicionante é bem explícita nisso. Se já se tem esses  
1700 estudos, é só apresentá-los. O **Sr. Gerson** diz que o temor da empresa é que tivesse que fazer  
1701 novo estudo, contratar nova empresa. Diz que já dispõe das informações, pode apresentar os  
1702 estudos, obviamente com a chancela de um geólogo da empresa. O **Conselheiro Rafael**  
1703 **Chaves** diz que entende que esses estudos devem ser de forma primária e não utilizando  
1704 estudo secundário de levantamento bibliográfico, etc. É fazer prospecção no campo e saber  
1705 exatamente. O **Sr. Humberto Reis** diz que seus dados são todos primários. Diz que  
1706 inevitavelmente se usam dados bibliográficos para embasar o que se tem encontrado ou para  
1707 poder, às vezes, contestar. Isso acontece ao longo de todo o processo. É uma bacia antiga cheia  
1708 de problemas técnicos. Frisa que, em todos os aspectos, necessariamente se tem que fazer  
1709 muito mais do que já foi feito. O que se tem que fazer é muito mais por todas as  
1710 peculiaridades. Isso se aplica diretamente à identificação dessas feições cársticas. Faz-se visita  
1711 de campo, analisam-se as sísmicas minuciosamente. Faz-se todo esse procedimento. O  
1712 **Conselheiro Edilson Torquato** diz que o que ia falar é mais ou menos o que já foi dito, mas  
1713 sugere, de maneira sucinta, que a equipe técnica que estudou a área e optou por colocar o poço  
1714 naquele ponto traduza isso num relatório e inclua no processo, e vai estar satisfazendo as  
1715 dúvidas de todos. A **Conselheira Anete Marília** diz que não é geóloga, é geógrafa. Diz que  
1716 mapa é uma representação da realidade. Um mapa não é construído de forma arbitrária, é  
1717 construído em cima de estudos. Frisa que existem estudos sérios e existem estudos mal feitos.  
1718 Diz que confia na fonte secundária para servir de base para se ir a campo e confirmar aquilo.  
1719 Questiona se, de fato, a empresa fez isso. Diz que não se parte do nada. Parte-se de algo que já  
1720 foi pesquisado por pessoas há muitos anos e, em cima disso, se faz a verificação de campo.  
1721 Frisa que não está dizendo que os dados secundários são inúteis. Nem sempre só o campo  
1722 serve. Tem-se que ter um parâmetro para comparar. Se a empresa já tem esse dado de campo,  
1723 não vê problema em se manter a condicionante. A **Presidente** coloca em votação a concessão  
1724 da licença prévia concomitante com licença de instalação para o empreendimento Petra  
1725 Energia S.A. conforme itens 7.1 – 7.2 e 7.3 da pauta. É **aprovada**. A **Conselheira Ana Eloíza**  
1726 diz que queria apenas que ficasse resolvida essa questão do chamamento do empreendedor  
1727 para regularização ambiental já que foi no processo da Petra, embora aprovada a licença.



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

1728 A **Presidente** diz que já foi resolvido. Vai oficializar e está constando em ata para que a SUPRAM  
1729 tome as providências.

1730 **10.1 Indústria e Comércio de Extração de Areia Khouri Ltda.** (Ex - Lafarge Brasil Ltda.) -  
1731 Lavra a céu aberto sem tratamento ou com tratamento a seco de minerais não metálicos, exceto  
1732 em áreas cársticas ou rochas ornamentais e de revestimento.

1733 A **Presidente** informa que há destaque para o IBAMA. O **Conselheiro Rafael Chaves** observa  
1734 que está escrito “município de Nova Esperança”. Deve ser Montes Claros. Nova Esperança é  
1735 distrito de Montes Claros. Diz que isso foi repetido várias vezes no relatório. Diz que outra  
1736 coisa é a dúvida sobre intervenção em área de preservação permanente. Diz que já discutiu  
1737 com os empreendedores, que atestam a não localização da área em preservação permanente.  
1738 Seria bom que ele se manifestasse para esclarecer que essa intervenção não vai afetar nenhuma  
1739 área de preservação permanente nem com relação a acessos ou cava ou depósito de material.

1740 **Rodrigo** diz que a poligonal está toda fora de área de APP. A única AP próxima está a 1,2km,  
1741 salvo engano, que é o rio Riachão. Faz-se uma apresentação de imagens. **Rodrigo** diz que as  
1742 imagens foram disponibilizadas no parecer, mas não são de boa qualidade. Destaca a poligonal  
1743 e a área em que se pretende fazer a intervenção e que já foi totalmente antropizada. A Lafarge  
1744 já adquiriu a área dessa forma. Diz que a única área de APP vai estar bem mais abaixo a  
1745 1,2km. Diz que cabe ressaltar que a área de drenagem está de um lado, ou seja, a forma de  
1746 lavra aqui não vai intervir na bacia do Riachão. Mostra imagens da reserva legal devidamente  
1747 cercada. Mostra imagem da área onde se vai fazer a lavra. Diz que antigamente possuía  
1748 animais. Era bovinocultura. Foi solicitada ao empreendedor a retirada dos animais e foi  
1749 apresentada não passível do proprietário. A **Presidente** questiona ao Conselheiro Rafael se  
1750 está sanada sua dúvida. O **Conselheiro Rafael Chaves** diz que infelizmente o Novo Código  
1751 Florestal exime de área de preservação permanente as várzeas, desde que sejam declaradas  
1752 pelo poder público. Diz que foi uma perda que se teve. Diz que é considerada uma área de  
1753 várzea, talvez uma lagoa antiga que hoje está seca. Diz que vai levar em conta a análise feita  
1754 pelos técnicos da SUPRAM. **Rodrigo** diz que gostaria de fazer algumas alterações no parecer.  
1755 Diz que recentemente a Lafarge alterou o CNPJ. O que está no parecer está alterado: 77. 221.  
1756 786 /010-92. Diz que, na página 5, no controle processual, no último parágrafo, quarta linha,  
1757 está escrito “para atividade de base de armazenamento de combustíveis”. Diz que a atividade é  
1758 “lavra a céu aberto sem tratamento sem tratamento acerca de materiais metálicos”. Quanto ao  
1759 município é “município de Montes Claros, distrito de Nova Esperança”. Diz ainda que, no  
1760 Anexo I, condicionante nº5: “Caso ocorra a necessidade de supressão vegetal em área não  
1761 autorizada pelo IEF...” não é mais competência do IEF, é do Núcleo Regional de  
1762 Regularização. A **Presidente** coloca em votação a revalidação da licença de operação para o  
1763 item 10.1- Indústria e Comércio de Extração de Areia Khouri Ltda. (Ex - Lafarge Brasil Ltda.).  
1764 **É aprovada.**

### 11.1 Viasolo Engenharia Ambiental S.A.

1765 A **Presidente** informa que há destaque da Procuradoria Geral de Justiça.

1766 A **Conselheira Ana Eloíza** diz que a Viasolo esteve no Ministério Público porque parece que  
1767 a condicionante cuja revisão eles pediram foi colocada pelo Dr. Guilherme, quando a  
1768 substituída. Diz que em discussão na Promotoria chegaram a um acordo de que não teria  
1769 problema a alteração desde que a população de catadores de lixo, que era o problema maior  
1770 que eles tinham nessa condicionante, fosse contemplada na condicionante da coleta seletiva, e  
1771 que a condicionante nº4 falava: “Realizar um estudo técnico referente a implantação do  
1772 sistema de coleta seletiva no município de Montes Claros”. Diz que foi solicitada a alteração  
1773 da condicionante, mas não foi solicitada a alteração dessa outra para contemplar essa  
1774 população de catadores. **Cláudio**, representante da Viasolo Engenharia Ambiental, diz que na  
1775 realidade teve uma reunião com a Promotora e realmente não foi colocado isso, mas está de  
1776 acordo em apresentar o estudo técnico da coleta seletiva para beneficiar os catadores e as  
1777 associações de catadores de Montes Claros. A **Presidente** diz que se vai combinar quem vai  
1778



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

1779 trazer o lanche da próxima vez. Diz que é a FIEMG que está cedendo o espaço. **Sr. Gislando**  
1780 **Vinicius Rocha de Sousa, Superintendente da SUPRAM NM**, diz que quer explicar a  
1781 questão do lanche em nome da SUPRAM. Diz que isso não é coisa da Superintendência. É  
1782 questão da própria Secretaria. Diz que está com contenção de recurso. Diz que também o  
1783 lanche da SUPRAM foi cortado e está brigando para tentar trazer de novo o lanche tanto para o  
1784 Conselho quanto para a SUPRAM. A **Presidente** diz que, enquanto a Conselheira Ana Eloíza  
1785 redige a condicionante, Vinicius dará informação quanto aos pareceres disponibilizados.  
1786 **Vinicius Rocha de Sousa** diz que se elabora o parecer, assina, escaneia e disponibiliza para os  
1787 Conselheiros. Como no próprio processo o parecer já vai estar assinado, está-se propondo  
1788 salvar o arquivo original para poder colocar uma foto colorida. Legalmente não vai ter perda  
1789 nenhuma. Não está assinado no site, mas uma vez colocado no site tem a própria assinatura da  
1790 Secretaria. Todo processo, quando traz para o Conselho e tiver uma vista, o parecer vai estar  
1791 assinado dentro do processo. Isso é para facilitar a leitura dos Conselheiros e visualizar o  
1792 processo, como no processo da Khouri, para não ter esse tipo de dúvida. O **Conselheiro**  
1793 **Edvaldo Marques** diz que está disponibilizando o auditório da Secretaria, que vai passar por  
1794 pequena reforma e, quando a reunião acontecer lá, o lanche fica por conta da Secretaria. O  
1795 **Conselheiro Thiago Cavalcanti** diz que o problema é que essa condicionante não está em  
1796 pauta. A **Presidente** diz que se cria precedente e só se pode discutir o que está em pauta.  
1797 Explica que a alteração das duas condicionantes a 16 e a 17 implica na alteração de outras  
1798 condicionantes, a 3 e a 4, questão dos catadores, que não está em pauta. Diz que, primeiro, a  
1799 Conselheira Ana Eloíza queria que se aprovasse a alteração das condicionantes 3 e 4 hoje, e  
1800 isso não é possível. Diz que a proposta dela é que se retirem as duas de pauta e, na próxima  
1801 reunião, vem a alteração das quatro. A **Conselheira Ana Eloíza** diz que estão pedindo  
1802 alteração de uma condicionante. Diz que concorda com a alteração, desde que a população de  
1803 catadores passe para a outra condicionante. Se é 16 e 17, concorda com a 16 desde que os  
1804 catadores vão para a 17. A **Presidente** diz que entendeu: questiona se a alteração vai ser no  
1805 texto da condicionante 17, que está em pauta. Diz que se está pedindo a alteração das  
1806 condicionantes 16 e 17. **Reinaldo**, Analista Ambiental da SUPRAM NM, diz que se trabalha  
1807 com o que é protocolado na SUPRAM, ou seja, como gestor do processo está analisando a  
1808 questão da condicionante nº 16 e da condicionante nº 17. A 16 está relacionada com o  
1809 monitoramento das águas e não nada a ver com a questão coleta seletiva. A condicionante 17  
1810 está relacionada com a questão da mudança do texto. Se houve uma reunião com Ministério  
1811 Público e não chegou ao conhecimento da SUPRAM através de ofício para que alterasse a  
1812 condicionante nº 4, sugere que a empresa protocole outro documento e se faça nova análise.  
1813 A **Conselheira Ana Eloíza** diz que Reinaldo está certo. Diz que eles estão questionando outra  
1814 condicionante que não tinha nada a ver com essa discussão. Aquela a que se refere é a 17.  
1815 Esclarece que a reunião que aconteceu foi porque a empresa procurou o Ministério Público,  
1816 porque a condicionante foi inserida a pedido de Dr. Guilherme. Da primeira vez que eles  
1817 procuraram, informou que deviam procurar a SUPRAM e pedir a modificação. Discute-se lá.  
1818 Diz que esperava que o pedido viesse com essa outra também alterada. Está vendo que não foi  
1819 por equívoco, pois a empresa concorda. Pensa que, por economia processual, já se poderia  
1820 resolver isso aqui. Se se vai esbarrar na questão do regimento, sugere que não se vote a  
1821 condicionante 17, vote-se só a 16. A empresa volta com a alteração das duas para aproxima.  
1822 **Cláudio**, da Viasolo, diz que concorda com isso. Diz que foi informado pela SUPRAM que  
1823 deveria fazer uma ata da reunião que tiveram. Diz que pode formalizar essa ata e juntar.  
1824 A **Presidente** diz que, já que o empreendedor concorda e não vai trazer prejuízo para ele, retira  
1825 de pauta. Uma vez retirado de pauta, pode-se alterar o parecer. O empreendedor protocola a  
1826 alteração da outra condicionante e já vem o parecer para a próxima reunião com as três, a 16,  
1827 17 e a outra. Diz que fica **retirado de pauta** o item 11.  
1828 **12.1 Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba –**  
1829 **CODEVASF.**



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

**Secretaria Executiva**

1830 A **Presidente** informa destaque para o IBAMA. O **Conselheiro Rafael Chaves** informa que  
1831 está em trâmite na Superintendência do IBAMA, um processo, protocolizado em Brasília, de  
1832 solicitação de anuência para supressão de vegetação de mata seca no perímetro de irrigação de  
1833 Jaíba para as quatro etapas, 1 – 2 – 3 e 4. As etapas 1 e 2, já implantadas e as etapas 3 e 4, em  
1834 projeto. Diz que se manifestou tecnicamente favorável à supressão de vegetação nas etapas 1 e  
1835 2, visto que já estão licenciadas, com solicitação de alguns estudos complementares. Diz que o  
1836 processo tramita desde 2009 e ainda não foram apresentadas essas informações  
1837 complementares solicitadas pelo IEF. Diz que muito se fala que o Projeto Jaíba não pode  
1838 desmatar, que a lei de proteção da mata seca é posterior à implantação do Projeto Jaíba, mas  
1839 tem que haver uma boa vontade do SISEMA de buscar agilidade nesse processo, de passar essa  
1840 informações, porque essas informações dizem respeito à integridade das unidades de  
1841 conservação que estão no entorno imediato do Projeto. Diz que a pergunta é: a supressão dos  
1842 remanescentes de vegetação de mata seca dentro do Projeto Jaíba irá impactar as unidades de  
1843 conservação criadas? Diz que nem o IEF que criou as unidades de conservação sabe dizer qual  
1844 é a importância do remanescente dentro do projeto para preservação dos remanescentes do  
1845 entorno. Diz que são detalhes que se precisa saber para emitir anuência para supressão dessa  
1846 vegetação. Diz que se estava fazendo essa análise individualizada por empreendedor que  
1847 procurava o IBAMA. Depois da Instrução Normativa nº 5, isso é feito através da SUPRAM.  
1848 Não existe mais essa análise individualizada por empreendimento no Projeto Jaíba. Por isso  
1849 estão paradas as supressões de estágio médio, avançado, vegetação primária dentro do  
1850 perímetro de irrigação do Jaíba. Diz que é preciso buscar essa informação para se dar  
1851 andamento ao processo. A **Presidente** coloca em votação a alteração de condicionante da  
1852 licença de operação corretiva, condicionante 7 e 17 do empreendimento 12.1 CODEVASF. É  
1853 **aprovada**. A **Presidente** encerra a reunião agradecendo e pedindo desculpa. Deseja bom  
1854 retorno a todos.

1855 **14. Encerramento.**

1856 Não havendo outros assuntos a serem tratados, declarou-se encerrada a sessão, da qual foi  
1857 lavrada a presente ata.

1858

1859 Esta é a síntese da reunião do dia 12 de março de 2013.

1860